

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Antonio Marcos Vargas de Oliveira

Trabalho voluntário: solidariedade ou interesse?

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**SÃO PAULO
2011**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Antonio Marcos Vargas de Oliveira

Trabalho voluntário: solidariedade ou interesse?

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação da Profa. Dra. Noêmia Lazzareschi

SÃO PAULO
2011

BANCA EXAMINADORA

Este trabalho é dedicado à minha companheira de jornada, Olívia Maria de Mattos Chiarelli, aos meus filhos: Melissa Breves de Oliveira Hargesheimer e André Luiz Breves de Oliveira, e aos meus netos: Lucas Breves de Oliveira Hargesheimer e Jonas Breves de Oliveira Hargesheimer

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Doutora Noêmia Lazzareschi, por sua paciência, estímulo e boa vontade no desenvolvimento do trabalho de orientação.

À Professora Doutora Dulce Maria Tourinho Baptista e à Professora Doutora Maura Pardini Biculo Vêras, pelos comentários e orientações dadas na banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial à Professora Doutora Eliana Hojaj Gouveia, à Professora Doutora Maria Helena Villas Bôas Concone, ao Professor Doutor Edmilson Antonio Bizelli, ao Professor Doutor Lúcio Flávio Rodrigues Almeida e ao Professor Doutor Rogério Bastos Arantes, por seus ensinamentos.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com os quais convivi durante o período de desenvolvimento deste trabalho, pelo incentivo e companheirismo.

À Professora Elisabeth Cury pela colaboração na revisão do texto.

Aos colegas da Universidade Cruzeiro do Sul pelo apoio e incentivo.

Aos dirigentes, funcionários e voluntários do Grupo de Orientação e Assistência à Saúde – GOAS, da Liga Solidária e do Projeto Esperança de São Miguel Paulista – PROJESP, cuja colaboração tornou possível a realização deste trabalho.

À Josefa Maria do Nascimento, à Priscila R. de Souza, à Maria Luiza D'Orey Espirito Santo, à Denise Aparecida Costa Camargo Luiz, à Maria José Santos da Fonseca, ao Mario Martini, ao Sergio Rodrigues, à Gabriela Medeiros Barbosa, à Maria Rita Tostes da Costa Bueno, à Lúcia Maria N. Bicalho, à Karin Vanessa M. Mariano, à Daiana da Silva, ao Oliver Mariano, à Ana Carolina Monteiro de Barros Matarazzo, à

Simone Aparecida Baldavia Giroto, ao Alvino de Souza e Silva, e à Antonina Grubilauskas e a todos que se dispuseram a me esclarecer, orientar e dispor de seu tempo e colaborando na realização desta pesquisa.

A todos os meus familiares, irmãos, sobrinhos, cunhados, genro e nora, aqui representados por meu pai, Antonio Rodrigues de Oliveira (*in memoriam*) e minha mãe, Mathilde Vargas de Oliveira, pelo incentivo.

Aos meus filhos, Melissa Breves de Oliveira Hargesheimer e André Luiz Breves de Oliveira e aos meus netos Lucas Breves de Oliveira Hargesheimer e Jonas Breves de Oliveira Hargesheimer, pelo carinho e paciência.

E à Olivia Maria de Mattos Chiarelli, minha maior incentivadora e companheira.

Antonio Marcos Vargas de Oliveira

Trabalho voluntário: solidariedade ou interesse?

RESUMO

A Organização das Nações Unidas – ONU definiu o primeiro ano deste milênio como o ano do voluntariado. Nesse ano, essa forma de trabalho sem remuneração, o trabalho voluntário, era desenvolvido por milhões de pessoas no Brasil, fruto do extraordinário crescimento do número de organizações sociais e de trabalhadores voluntários na segunda metade do século XX. O nosso estudo procura identificar os motivos do crescimento do número de pessoas desenvolvendo atividades voluntárias, por meio da compreensão das relações entre as alterações estruturais e das motivações individuais relacionadas às causas sociais. Assim, este trabalho identifica as principais mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas nesse período, no Brasil e no mundo, que influíram nesse processo e, com base no referencial teórico de Marx Weber sobre a ação social, as motivações que têm levado as pessoas a atuarem voluntariamente em organizações sociais e a criarem novas dessas organizações.

Palavras-chave: Trabalho voluntário – Voluntariado – Organizações sociais – Organizações Não Governamentais.

Antonio Marcos Vargas de Oliveira

Volunteer work: solidarity or interest?

ABSTRACT

The United Nations - UN established the first year of this millennium as the year of volunteering. During that year, this form of unpaid work, the volunteer work, was carried out by millions of people in Brazil, as the result of the extraordinary growth in number of social organizations and volunteer workers in the second half of the twentieth century. Our study seeks to identify, through the understanding of the relationship between structural changes and individual motivations related to social causes, the reasons for the growth in number of people developing volunteer activities. This work identifies the main social, political and economic changes during the said period in Brazil and the world which influenced that process and, based on the theory of Marx Weber about social action, the reasons which have led people to act voluntarily in social organizations and to create new such organizations.

Key-words: Volunteer work – Volunteering – Social Organizations – Non-Governmental Organizations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AIDs	Acquired Immunodeficiency Syndrome
APM	Associação de Pais e Mestres
CAFOD	Catholic Overseas Development Agency
CEI	Centro de Educação Infantil
CNPQ	Centro Nacional de Pesquisa
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECOSOC	Economic and Social Council
EDD	Complexo Educacional Don Duarte
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos Vinte
GOAS	Grupo de Orientação e Assistência à Saúde
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MBA	Master in Business Administration
MR8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OS	Organizações Sociais

OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PROJESP	Projeto Esperança de São Miguel Paulista
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria
UNCED	United Nation Conference of Environment and Development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População urbana no Brasil	56
Tabela 2 – Pessoal da empresa em 1957	57
Tabela 3 – Dados dos entrevistados	100
Tabela 4 – Tempo de voluntariado	101
Tabela 5 – Determinantes iniciais e atuais	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1. O PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.1 As organizações sociais e o trabalho voluntário	20
2. HIPÓTESE	25
3. OBJETIVOS	27
4. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	28
4.1 Roteiro de entrevistas semiestruturadas: Dirigentes	31
4.2 Roteiro de entrevistas semiestruturadas: Funcionários e voluntários	34
5. ESTRUTURA DA TESE	36
CAPÍTULO I	
A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX – UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO	38
O fim da Era de Ouro	41
A reestruturação produtiva	44
Do neoliberalismo à social democracia (terceira via)	48
As transformações no Brasil	54
Os nossos Anos Dourados	55
Dos Anos de Chumbo à redemocratização	65
O potencial de transformação das organizações sociais	72
CAPÍTULO II	
AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	79
Os motivos da constituição das organizações sociais	80
As motivações do trabalhador voluntário	86
Trabalho voluntário e solidariedade	88
CAPÍTULO III	
O TRABALHO VOLUNTÁRIO EM TRÊS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	94
As organizações sociais	95
As entrevistas	99
Os voluntários	102
Os funcionários	113
Análise dos dados	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
---	------------

APÊNDICES

Apêndice A – Carta Convite	142
---	------------

Apêndice B – Carta de Autorização	143
--	------------

Apêndice C – Autorização Individual	144
--	------------

INTRODUÇÃO

1. O PROBLEMA DE PESQUISA

É verdade que mudanças de grande repercussão histórica, mas ainda imprecisas, não podem ser percebidas com clareza, enquanto estão se processando; os indicadores, em que tais mudanças estruturais se manifestam, permitem múltiplas interpretações. Os sociólogos só reformulam seus conceitos quando a percepção se torna inequívoca; entretanto, podemos aprender muito com os pensadores mais adestrados na arte de captar os sintomas.

(HABERMAS, 1993, p. 72)

Dois momentos históricos caracterizam as organizações sociais no Brasil: o primeiro, que vai até o final da década de 1950 e início da década de 1960, quando as entidades existentes normalmente pautavam sua atuação na filantropia e na caridade e a sua constituição, assim como o trabalho desenvolvido por seus voluntários, apresentavam uma base quase que exclusivamente religiosa; e o segundo, aquele que começa a se destacar pela formalização ou instrumentalização dos movimentos sociais no final dos anos 1950, pelo desenvolvimento de novos modelos de organizações sociais que, em contraste com os modelos tradicionais, apresentam um novo tipo de trabalho voluntário, mais parecido com a atuação desenvolvida nos movimentos sociais.

De acordo com Mendes, (2003, p. 6), a partir da segunda metade da década de 1950 começam a se verificar na sociedade “projetos de associativismo, relativamente autônomos e acentuadamente políticos, em que um grande número de associações civis e sindicatos formalmente atrelados ao Estado terão um papel significativo”. Segundo Landim (1993), apenas no período entre os anos de 1970 e 1986 o número de organizações sociais cresceu nas

idades de São Paulo e Rio de Janeiro mais de 78%, de acordo com dados de pesquisa realizada por Wanderley Guilherme dos Santos.

Percebe-se, desde meados da década de 1960, um grande incremento no número de Organizações Sociais em toda a América Latina. No Brasil, em 1991, segundo Fernandes (2003a), existiam mais de 200 mil organizações sem fins lucrativos, passando, segundo Landin e Bares (*apud* BARRETO, 2003), a 220 mil em 1995 e, sete anos depois, no ano de 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já apontava como sendo mais de 250 mil (ABONG, 2009). Esses números por si sós são impressionantes, ainda mais quando se considera que, de acordo com os dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) de 2002, essas organizações empregavam, formalmente, um contingente de 1.634.616 (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e dezesseis) pessoas (NUNES e OLIVEIRA, 2004, p. 6), contra 1 milhão em 1995, de acordo com Landin e Bares (*apud* BARRETO, 2003). É realmente um crescimento de fazer inveja a qualquer setor. Parecem sinais de que a estrutura social vigente sofreu uma importante alteração nesse período e, de acordo com Mills (1965 p. 165):

Se quisermos compreender as transformações dinâmicas de uma estrutura social contemporânea, teremos de distinguir sua evolução a longo prazo, e em termos desta indagar: qual a mecânica da ocorrência dessas tendências, que transformam a estrutura da sociedade? É com essas indagações que nossa preocupação chega ao auge, relacionando-se este com a transição histórica de uma época para outra, e com o que podemos chamar de estrutura de uma época.

As atividades desenvolvidas pelas organizações sociais tornaram-se mais visíveis em nossa sociedade, sobretudo, com o advento da *Rio 92*, nome pelo qual ficou popularmente conhecida a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED (United Nation Conference of Environment and Development), realizada em conjunto com o Fórum

Internacional de ONGs (Organizações Não Governamentais) e Movimentos Sociais, em 1992, no Rio de Janeiro.

Esses aspectos têm chamado a atenção da Academia. Observa-se que os estudos sobre as organizações sociais têm sido desenvolvidos de forma crescente. Vários núcleos e grupos permanentes foram formados nos programas de pós-graduação objetivando o estudo das organizações e movimentos de atuação social, bem como de sua gestão. No diretório de grupos de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa – CNPQ (2009), podem ser identificados 150 grupos de pesquisa de diversas áreas do conhecimento, trabalhando temas ligados diretamente às organizações e movimentos sociais: 68 grupos identificados na busca com o termo Terceiro Setor; 82 grupos identificados na busca com o termo Organizações Sociais. Esses números mostram a relevância que as atividades dessas organizações têm alcançado na área acadêmica.

É importante lembrar que, embora se observe o crescimento do número de organizações sociais a partir do final da década de 1950, desde meados do século XVI já as encontramos nas terras brasileiras. Em toda a nossa história e em todas as conjunturas, sempre existiram organizações sociais. Basta lembrar que a Santa Casa de Misericórdia de Santos foi fundada por Braz Cubas em 1543¹ e a fundação da cidade de São Paulo pelos padres Jesuítas deu-se com a construção de uma escola religiosa para a população indígena. Diversas organizações sociais foram criadas e mantidas pela Igreja Católica e por empresários ou seus familiares que se dedicaram à filantropia, à caridade.

Como exemplo da atuação social das empresas e dos empresários, podemos lembrar que a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), na primeira metade do século XX, além

¹ http://www.scms.org.br/noticia.asp?codigo=44&COD_MENU=24 – Acesso em: 20 mar. 2010.

de atender a necessidade da formação de mão-de-obra necessária às empresas, contribuiu para o desenvolvimento profissional e a ascensão social de milhares de jovens. Os empresários também puderam desenvolver suas ações filantrópicas por meio do Lions e do Rotary Clube do Brasil, instituições que foram fundadas nessa época.

Um dos aspectos que queremos salientar é a mudança do caráter dessas novas organizações sociais. Novos temas passam a fazer parte de sua pauta de atuação, somando à pauta tradicional (religiosa e filantrópica), os direitos individuais e sociais, a responsabilidade socioambiental e a transformação social.

O primeiro ano deste novo século – o ano de 2001 – foi designado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano do Voluntariado e, no mês de dezembro desse ano, a revista *Veja*, em sua edição especial *Guia para fazer o bem* (VEJA, 2001, p. 5), estimava que 20 (vinte) milhões de pessoas desenvolviam algum tipo de trabalho voluntário em organizações sociais no Brasil.

Em um mundo em que, de acordo com De Masi (2006, p. 12), “milhões de pessoas se desesperam por estarem excluídas do exercício de alguma atividade da qual entretanto não gostam, que às vezes até detestam, que muitas vezes são aviltantes de tão inúteis, mas que as estatísticas oficiais consideram como ‘trabalho’”, um mundo em que o desejo manifesto da grande maioria das pessoas é ter a possibilidade de usufruir de uma boa aposentadoria, ou ganhar na loteria para ter tempo livre e recursos para viajar e se divertir sem qualquer compromisso, **a que se deve esse número tão expressivo de pessoas desenvolvendo trabalho voluntário nas organizações sociais? Quais as razões que as mobilizam?**

Quanto à representatividade derivada do crescimento no chamado Terceiro Setor parece não haver dúvidas, pois esse assunto já foi suficientemente investigado, como, por exemplo, por Fernandes (2002), Mendes (2003), Nunes e Oliveira (2004) e Landim (1993),

dentre outros. A grande pergunta que se coloca é: qual a causa ou quais as principais causas desse enorme crescimento do número de organizações e movimentos sociais nos últimos 50 anos? E, principalmente, essas causas têm relação com o nosso problema de pesquisa, ou seja, o enorme crescimento do engajamento de pessoas nas atividades voluntárias em organizações sociais?

Entendemos que as causas estruturais do crescimento do número de organizações sociais na segunda metade do século XX irão também, em parte, explicar o crescimento do número de pessoas buscando atividades voluntárias e ainda que o crescimento do número de organizações sociais, bem como o crescimento do número de voluntários fazem parte de um mesmo fenômeno. Embora não se possa afirmar que as modificações e transformações sociais pelas quais passou a nossa sociedade possam, por si sós, responder a essas perguntas, elas constituem uma de suas condições básicas e necessárias e consideramos ainda que essas transformações não foram apenas sociais, mas também políticas e econômicas, e esse aspecto é importante para a compreensão do nosso problema. A nossa análise parte do princípio de que a nossa realidade é resultado das inter-relações ocorridas nos e entre os sistemas econômico, social e político, isto é, na totalidade da vida social.

Por outro lado, devemos considerar que, embora as características e causas das transformações ocorridas no Brasil devam ser percebidas e analisadas de forma particular, não podemos desconsiderar as influências das mudanças que se processaram no mundo, principalmente nos países chamados desenvolvidos, pois essas foram hegemonicamente determinantes dessas transformações. Assim, como exemplo, podemos lembrar a onda liberalista iniciada por Margareth Thatcher e Ronald Reagan, que veio também atingir o Brasil a partir do início da década de 1990, com o governo Collor. “Após 1974, os defensores do livre mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo

na década de 1980”, afirma Hobsbawm (2007, p. 398-399) e ainda: “No início da década de 1990, governos trabalhistas e social-democratas tornaram-se tão incomuns quanto tinham sido na década de 1950” (HOBBSAWM, 2007, p. 406).

1.1 As Organizações Sociais e o Trabalho Voluntário

Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Não Governamentais - ONGs, Terceiro Setor, Organizações Sem Fins Lucrativos, ou a expressão Organização Voluntária, pouco usada no Brasil, mas comum nos Estados Unidos, são algumas das formas usadas para identificar as organizações nas quais se desenvolve o tipo de trabalho que é objeto de nosso estudo, o trabalho voluntário. Por essa razão, é importante definirmos o que consideramos trabalho voluntário, e conhecermos um pouco sobre essas organizações.

Para o Centro de Voluntariado de São Paulo², “ser voluntário é doar seu tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário e, com isso, melhorar a qualidade de vida da comunidade”. O Centro classifica o trabalho voluntário em:

- Ações individuais – atuação de profissionais liberais, como médicos e advogados, que atendem a uma organização social ou pessoas carentes; ou outras iniciativas, como estimular matrículas de crianças em escolas, alfabetizar adultos, doar sangue, dar aulas de artesanato, incentivar a coleta seletiva de lixo.
- Participação em campanhas – colaboração nas campanhas de doação de sangue; na coleta de livros, de brinquedos e de alimentos; na reciclagem de lixo; e em movimentos pela paz, pelo voto consciente, entre outras.

² Centro de Voluntariado de São Paulo. Disponível em www.voluntariado.org.br. Acesso em: 25 fev. 2011

- Participação em grupos comunitários - apoio à escola pública local, à associação de moradores ou atuação em alguma necessidade específica da comunidade, como urbanização, saneamento e saúde, e outras congêneres.
- Trabalho em Organizações Sociais - atuação em diferentes causas, como as das áreas da saúde, assistência social, educação, cidadania, cultura, meio ambiente.
- Participação em Projetos Públicos - Trabalho junto às diversas secretarias municipais e estaduais que visam à melhoria da cidade e das condições de vida da comunidade.
- Voluntariado em Escolas – integração a alguma escola pública ou particular para a participação na Associação de Pais e Mestres da escola dos filhos ou de outros projetos ligados ao voluntariado – por exemplo, Escola da Família, que funciona nos finais de semana, em todo o Estado de São Paulo.

O trabalho voluntário é regulamentado pela Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que determina que o trabalho voluntário só pode ser desenvolvido em organizações de governo e organizações sociais sem fins lucrativos. Dessa forma, para efeito do nosso trabalho, definimos *trabalho voluntário* como o trabalho não remunerado, ou a doação de tempo, trabalho e talento, em uma organização social que desenvolva suas atividades em prol de causas de interesse social e comunitário. Excluimos, nessa definição, as atividades voluntárias pontuais e esporádicas.

O termo Terceiro Setor (*Third Sector*), de acordo com Oliveira (2003), foi cunhado por John D. Rockefeller 3rd., em texto publicado em 1978, e engloba as organizações sem fins lucrativos, também denominadas Organizações Sociais, as Organizações Não Governamentais e os Movimentos Sociais. De acordo com Fernandes (2002), o termo

Terceiro Setor compreende as organizações sem fins lucrativos, privadas, que atendem a interesses públicos. Ainda segundo Fernandes (2003b), esse termo é mais utilizado nos Estados Unidos, sendo que, na Europa, o termo mais utilizado é Sociedade Civil. De Masi (2006, p. 246-247), ao apresentar a sua tipologia das organizações, baseada em Peter Drucker e Giuseppe Bonazzi, especifica as organizações do terceiro setor como:

O tipo ideal de organização caracterizada por baixa pressão para a racionalização e pouca concorrência são aquelas sem fins lucrativos ou do chamado terceiro setor: grupos filantrópicos, clubes de amigos da arte ou da música, centros esportivos amadorísticos, grupos missionários, centros de voluntários para assistência a doentes, deficientes, menores, detentos etc. O seu objetivo é a solidariedade e o testemunho; o seu método é a contribuição voluntária; o seu papel elementar é o empenho pessoal, e nasce da paixão. O tempo, nesse caso, é vivido como oportunidade para uma melhor utilização.

Como pode ser observado por esse conjunto de definições, o termo Terceiro Setor contempla um conjunto muito amplo de organizações, inclusive movimentos sociais. Dessa forma, evitaremos a sua utilização, bem como os termos complementares ou similares: Organizações do Terceiro Setor, Sociedade Civil ou Organizações da Sociedade Civil.

A expressão ONGs tem sua origem no sistema de representação da ONU (Organização das Nações Unidas) que, por meio de seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC – Economic and Social Council), no parágrafo 7, da resolução 1296, de 23 de maio de 1968, as definiu como: “organizações internacionais que não foram criadas pela via de acordos intergovernamentais”. (OLIVEIRA, 2003).

No Brasil, de acordo com Fernandes (2003b, p. 2), esse termo “está mais associado a um tipo particular de organização, surgida aqui a partir dos anos sessenta, no âmbito do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento”. De acordo com a Carta de Princípios da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG (2003), o termo representa:

[...] um conjunto de organizações que têm seu perfil político caracterizado por: tradição de resistência ao autoritarismo; contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia.

Um aspecto importante é que essa nomenclatura, ONG, de acordo com Szazi (2000), não é contemplada pela legislação que define os aspectos legais para a sua constituição. Sob o aspecto de constituição legal, todas essas organizações que atuam com objetivos sociais são constituídas como Associação com finalidade não lucrativa, ou Fundação.

Por outro lado, uma vez que o conceito de ONG engloba apenas um grupo de organizações que surgiram a partir dos anos de 1960, procuraremos evitar o seu uso em nosso trabalho, para que não fiquemos restritos a esse grupo de organizações.

Da mesma forma, evitaremos o uso do termo Organização Voluntária e do termo Organização Sem Fins Lucrativos. Pois o primeiro, organização que desenvolve suas atividades com a utilização de trabalho voluntário, é pouco utilizado no Brasil; o segundo é amplo demais, pois compreende todas as formas de associações que não tem por objetivo o lucro, não se restringindo apenas às organizações que, embora não objetivem o lucro, têm por objetivo causas de interesse social e comunitário.

Assim, adotaremos neste trabalho, preferencialmente, o termo Organização Social – constituída como Associação, pois entendemos que designa todas as organizações que representam causas de interesse social e comunitário sem objetivo de lucro financeiro, englobando nesse conceito as ONGs. As Fundações não serão contempladas em nosso trabalho por se tratarem de organizações de natureza legal distinta (SZAZI, 2000).

Com relação às organizações conhecidas como OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), criadas pela Lei 9.790 de 23 de março de 1999 e regulamentadas pelo Decreto 3.100 de 30 de junho de 1999, uma vez que essa legislação trata, na verdade, das regras para que o Ministério da Justiça possa reconhecer uma organização como de interesse público, consideramos que essas organizações, que adquiriram o direito de adotar essa denominação, já estão contempladas pelo termo Organização Social.

2. HIPÓTESE

A nossa hipótese é que poderemos compreender de forma mais adequada o crescimento do trabalho voluntário no Brasil, a partir da análise das novas condições estruturais presentes na nossa sociedade, resultado das modificações e transformações ocorridas a partir dos anos 1960, na totalidade de nossa vida social, e a partir da análise das motivações individuais que têm incentivado uma parcela da população para: a) desenvolver uma participação voluntária nas organizações sociais; e b) liderar a formação de novas organizações sociais.

Além disso, será por meio da análise dessas motivações que ainda, identificaremos a representatividade das ações voluntárias baseadas na solidariedade *vis à vis* o trabalho voluntário em razão de outros interesses.

Com respeito às condições estruturais presentes na nossa sociedade e que compõem a primeira parte de nossa hipótese, embora, de acordo com Weber (2004a), só as pessoas como indivíduos são portadoras compreensivas de ações orientadas por um sentido, deve-se ressaltar que, ainda, segundo Weber (2004a, p. 9):

A interpretação da ação deve tomar nota do fato fundamentalmente importante de que ‘formações coletivas’, que fazem parte tanto do pensamento cotidiano quanto do jurídico, são *representações* de algo que em parte existe e em parte pretende vigência, que se encontram na mente de pessoas reais e pelas quais se *orientam* suas ações.

Assim, os resultados obtidos por essa forma de interpretação passam a ter “caráter muito mais hipotético e fragmentário, [...] mesmo assim, esta constitui precisamente o ponto específico do conhecimento sociológico” (WEBER, 2004a, p. 10).

É importante ainda destacar que não é propósito deste trabalho desenvolver uma investigação das motivações de cunho psicológico, investigação já contemplada em outros

trabalhos como, por exemplo, os de Sampaio (2004) e Caldana (2005). A nossa intenção é a realização de uma pesquisa sociológica das motivações e, para isso, adotaremos como referencial teórico o modo de determinação da ação social proposto por Max Weber (2004a): modo racional referente a fins; modo racional referente a valores; modo afetivo; e modo tradicional.

3. OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é tentar compreender as relações entre as condições estruturais e as motivações individuais na mudança das interações sociais associadas às chamadas causas sociais.

Os objetivos específicos são:

- identificar algumas das principais mudanças estruturais que possibilitaram o crescimento, verificado nesse período de passagem do século XX para o XXI, no número de pessoas desenvolvendo trabalho voluntário em organizações sociais;
- estabelecer um modelo de análise sociológica das motivações desses atores, baseado na determinação da ação social proposta por Max Weber;
- demonstrar que o crescimento do número de voluntários e o crescimento no número de organizações sociais fazem parte de um mesmo fenômeno social;
- identificar as motivações que não podem ser classificadas como solidárias.

4. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para atingir os objetivos estabelecidos no nosso trabalho, dividimos nossa pesquisa em duas partes: na primeira, baseada em dados secundários obtidos na bibliografia sobre os aspectos sociais, econômicos e políticos presentes na segunda metade do século XX e início deste século, procuramos identificar alguns dos principais fatores que contribuíram para as mudanças na natureza das organizações sociais em nosso país e para o crescimento do número dessas organizações; na segunda, por meio da pesquisa de campo realizada junto a dirigentes e trabalhadores voluntários de organizações sociais, procuramos compreender os motivos sociológicos que têm levado as pessoas a desenvolverem atividades voluntárias.

A técnica utilizada para a coleta de dados da pesquisa empírica foi a da entrevista semiestruturada. A entrevista é, dentre as técnicas qualitativas de coleta de dados, a mais adequada na busca das informações necessárias aos nossos objetivos, pois, de acordo com Cooper e Schindler (2003), possibilita ao entrevistador melhorar a qualidade das informações por meio da identificação de detalhes e do seu aprofundamento. As informações obtidas nas entrevistas foram gravadas e transcritas, de acordo com as orientações de Queiroz (1991), e seus dados analisados e interpretados conforme proposto por Bardim (2000).

Como realizamos um estudo exploratório, limitamos o número de voluntários, líderes ou dirigentes de organizações sociais entrevistados ao suficiente para a identificação e comprovação da presença das categorias propostas no referencial teórico. Em virtude dessas características, não foram utilizados métodos probabilísticos na escolha dessas organizações, ou de seus dirigentes, líderes e voluntários, tendo essa escolha sido realizada, considerando o atendimento das necessidades da pesquisa.

O estudo exploratório, de acordo com Selltiz et al (1975); Cooper e Schindler (2003), busca uma nova compreensão dos fenômenos e, a partir desse conhecimento e experiência,

auxilia a dar o embasamento necessário ao modelo proposto por este trabalho; ainda, segundo Appolinário (2004), uma pesquisa descritiva de levantamento tem sua utilidade para o desenvolvimento dos conhecimentos sobre fenômenos ainda não bem conhecidos. Por outro lado, sob outros aspectos, essa fase poderá ser classificada como uma pesquisa causal, na qual, segundo Selltiz et al (1975) e Cooper e Schindler (2003), serão realizadas as inferências ou experimentos a respeito da causalidade entre os fatores previamente identificados nos levantamentos bibliográficos.

Assim, para a realização da pesquisa empírica, foram selecionadas três organizações sociais na região Metropolitana de São Paulo, sendo duas dessas de orientação religiosa. O primeiro contato foi via telefone com os responsáveis pela administração dessas organizações, e posteriormente foi solicitada uma autorização para se realizar a pesquisa, formalizada por carta (Apêndice A), entregue pessoalmente aos dirigentes indicados pelas organizações para a continuidade do trabalho. No total, foram entrevistados: nove dirigentes, sendo três profissionais e seis voluntários (um fundador), seis trabalhadores voluntários e dois funcionários.

Tanto os representantes das organizações, quanto os entrevistados assinaram um termo autorizando a gravação das entrevistas, a utilização e a publicação das informações, de acordo com os modelos constantes dos Apêndices B e C. As entrevistas foram realizadas seguindo o roteiro específico à categoria do entrevistado: dirigente, funcionário ou voluntário. Em razão das funções que desenvolvem na organização, foi utilizado o roteiro relativo à função de dirigente para um dos funcionários entrevistados.

Na primeira parte das entrevistas, as perguntas se referem aos dados pessoais dos entrevistados: nome; idade; endereço; credo religioso (se praticante ou não); tempo na organização; cargo ou função que desempenha na organização e se essa atividade é ou não

remunerada; tempo nesse cargo ou função; formação acadêmica; e outras atividades que desenvolve (profissionais, de lazer etc.).

Algumas das perguntas sobre os dados pessoais já contemplam aspectos relativos à nossa investigação. Assim, por exemplo, a informação sobre o credo religioso e o grau de adoção desses preceitos por parte do entrevistado, irá nos auxiliar na compreensão do peso dos valores religiosos na determinação de suas ações.

A segunda parte da entrevista tem por objetivo a compreensão sobre valores e motivações do entrevistado, tanto para os aspectos relacionados à cidadania, quanto à sua participação na organização ou em atividades sociais. Essas duas partes dos roteiros são comuns a todos os entrevistados: tanto para os dirigentes das organizações sociais, como para os voluntários. No caso dos dirigentes, foram incluídas mais duas partes: a parte C, dados gerais da organização; e a parte D, opinião sobre os colaboradores (funcionários e voluntários).

A parte C, que trata dos dados gerais da organização (nome, endereço, tempo de atuação, causa em que trabalha, missão, público alvo, número de funcionários e voluntários, beneficiários diretos e indiretos, quantidade de atendidos, fontes de financiamento/pagamento das operações, fundadores e uma breve história da organização), tem como objetivo conhecer a organização, sua história, seus valores etc.

Já na parte D, que trata da opinião sobre os colaboradores, buscamos identificar a visão dos dirigentes a respeito de diversos aspectos relacionados ao trabalho desenvolvido por funcionários em comparação ao trabalho desenvolvido por voluntários, tais como: diferença na forma de desenvolvimento do trabalho, quais são essas diferenças e qual a razão atribuída para essas diferenças; percepção das diferentes motivações para o trabalho profissional em comparação ao trabalho voluntário; e qual a realização que cada um desses grupos busca.

Ainda nessa parte, a percepção dos dirigentes sobre as distinções entre os trabalhadores profissionais e os voluntários.

4.1 Roteiro de entrevistas semiestruturadas: Dirigentes

Parte A – Dados do entrevistado

Nome –

Idade –

Endereço –

Credo religioso – Praticante?

Tempo na organização –

Cargo ou função que exerce – O trabalho é remunerado?

Tempo no cargo ou função –

Formação acadêmica –

Outras atividades que desenvolve –

Parte B – Perfil do entrevistado

Qual a sua definição para solidariedade?

Qual o seu grande objetivo de vida?

Desde quando desenvolve atividades em organizações (movimentos) sociais?

Como e por que começou? Conte sua história. Procurar entender as motivações ou necessidades.

Quais as razões de continuar, até hoje, desenvolvendo atividades em organizações sociais?

Desenvolve outras atividades?

Comparadas a outras atividades, existem diferenças no seu comportamento ao desempenhar essas atividades? Você percebe isso?

Quais as motivações específicas percebidas em cada uma dessas atividades?

Qual a sua grande motivação para desenvolver um trabalho em uma organização social?

Qual é a marca que você quer deixar nesta organização? Como você quer ser lembrado?

Parte C – Dados da organização

Nome da organização (movimento) social –

Endereço –

Tempo de atuação –

Causa –

Definição de Missão –

Público alvo –

Número de funcionários –

Número de voluntários –

Beneficiários diretos e indiretos –

Quantidade de atendimento (dia ou mês ou outro parâmetro utilizado pela organização)

Fontes de financiamento (recursos) das operações –

Fundador(es) –

Breve história da organização –

Parte D – Opinião sobre os colaboradores (funcionários e voluntários)

Percebe diferenças entre os trabalhos realizados por funcionários e os realizados por voluntários?

Quais são essas diferenças?

Quais, em sua opinião, as razões dessas diferenças?

Quais as principais motivações dos funcionários? Por quê?

Quais as principais motivações dos voluntários? Por quê?

Você identifica exceções?

Existem motivações que sejam comuns a funcionários e voluntários?

Qual a grande realização que cada um desses grupos busca? Qual a marca que eles querem deixar?

4.2 Roteiro de entrevistas semiestruturadas: Funcionários e Voluntários

Parte A – Dados do entrevistado

Nome –

Idade –

Endereço –

Credo religioso – Praticante?

Tempo na organização –

Cargo ou função que exerce – O trabalho é remunerado?

Tempo no cargo ou função –

Formação acadêmica –

Outras atividades que desenvolve –

Parte B – Perfil do entrevistado

Qual a sua definição para solidariedade?

Qual o seu grande objetivo de vida?

Desde quando desenvolve atividades em organizações (movimentos) sociais?

Como e por que começou? Conte sua história? Procurar entender as motivações ou necessidades.

Quais as razões de continuar, até hoje, desenvolvendo atividades em organizações sociais?

Desenvolve outras atividades?

Comparada a outras atividades, existem diferenças no seu comportamento ao desempenhar essas atividades? Você percebe isso?

Quais as motivações específicas percebidas em cada uma dessas atividades?

Qual a sua grande motivação para desenvolver um trabalho em uma organização social?

Qual é a marca que você quer deixar nesta organização? Como você quer ser lembrado?

5. ESTRUTURA DA TESE

Este trabalho está dividido em cinco partes: introdução, três capítulos e as considerações finais. Na Introdução apresentamos o problema de pesquisa, os conceitos sobre o trabalho voluntário e as organizações sociais, a hipótese que norteou o trabalho, os objetivos do trabalho, os procedimentos de pesquisa e a estrutura da tese.

No Capítulo I abordamos alguns dos principais acontecimentos sociais, políticos e econômicos globais, na segunda metade do século XX, que podem ser considerados como os que influenciaram a moldagem do chamado terceiro setor e, incluídas aí, as organizações sociais. Ainda no Capítulo I, analisamos os acontecimentos locais, isto é, os principais acontecimentos sociais, políticos e econômicos que ocorreram na sociedade brasileira, juntamente com as influências dos aspectos internacionais que contribuíram para a nova formatação do mundo das organizações sociais no nosso país, nesse início de século.

No Capítulo II é desenvolvido o referencial teórico que dá sustentação à nossa pesquisa empírica, apresentada no Capítulo III. Nas Considerações Finais, apresentamos nossas conclusões, e as sugestões de questões que podem ser objeto de novas pesquisas que identificamos durante nossa investigação.

CAPÍTULO I

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX – UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente.

(HOBSBAWM, 1995, p. 393)

Depois de quase um século de disputa entre o sistema capitalista e o sistema socialista, ou comunista (estatismo) - disputa que se tornou mais intensa durante o período conhecido como Guerra Fria - o fim da União Soviética pareceu defini-la a favor do sistema capitalista (HOBSBAWM, 1995; CASTELLS, 2001). Conforme De Masi (2006, p. 15), “o comunismo demonstrou saber distribuir a riqueza, mas não saber produzi-la; o capitalismo demonstrou saber produzi-la, mas não distribuí-la; nem distribuir equitativamente o trabalho, o poder e o saber”. Mesmo assim, a hegemonia do modo capitalista de produção é quase completa, pois, já a partir dos últimos anos do século passado, o capitalismo foi também adotado na forma de socialismo de mercado pela China, última grande potência socialista.

Apesar do *triunfo* do capitalismo, antigos, bem como novos problemas políticos, sociais e econômicos permanecem urgentes, preocupantes e sem solução, tais como: as diferenças sociais e econômicas entre as sociedades desenvolvidas e as em desenvolvimento e, principalmente, as sociedades do continente africano, quase que totalmente excluídas do desenvolvimento econômico e social; os problemas decorrentes de regimes patrimonialistas e populistas de grande parte dos países em desenvolvimento, como, por exemplo, da América Latina; os regimes de exceção ainda existentes; as disputas religiosas e étnicas; o terrorismo, que pode ser visto, dentre outros fatores, como consequência de políticas desenvolvidas durante a Guerra Fria e que tem provocado, como reação, o desmonte, até pela força, de

alianças, parcerias e outras formas de apoio a nações que representavam interesses estratégicos e econômicos; a grande concentração urbana agravada pela transformação da família tradicional, das condições socioeconômicas e dos valores morais e religiosos que, combinados com os crescentes apelos de consumo facilitados pelas novas tecnologias da informação e outros fatores, contribuem para a escalada da violência e da criminalidade; a manutenção e criação de novas barreiras comerciais; a livre circulação de capital especulativo; etc.

Mas, segundo Castells (2001, p. 21 e 22), o capitalismo também não passou incólume pelo Século XX:

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-à-vis* o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital.

Isto se deveu, segundo Hobsbawm (1995) e Giddens (2000), às diversas orientações políticas e econômicas que estiveram presentes nesse século: do liberalismo econômico – *laissez-faire* ao keynesianismo, principalmente nos anos 50 e 60; ao neoliberalismo – thatcherismo; e, à social democracia – Terceira Via, bem como a mudança dos modos de desenvolvimento - do modo industrial ao modo informacional (CASTELLS, 2001).

O que vamos analisar neste capítulo são, exatamente, algumas das principais mudanças globais e locais verificadas no ambiente social, político e econômico, a partir da

segunda metade do século XX, que acabaram por influir no desenho do chamado terceiro setor em nosso país. Mudanças que foram marcantes e que, segundo Hobsbawm (1995, p. 394), em 1990 levaram ao “reconhecimento – como, por exemplo, na Finlândia – de que os problemas econômicos do presente eram de fato piores que os da década de 1930”. Citando ainda Hobsbawm (1995, p. 396): “Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração – ‘pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade’ –, reapareceram depois de 1973”. Devemos lembrar que esses problemas, a pobreza, o desemprego em massa e a miséria, constituem alguns dos temas objeto das ações desenvolvidas pelas organizações sociais.

Os impactos das mudanças ocorridas nesse final de século são também objeto de estudo de Castells (2002, p. 412) que identifica três processos como os principais na geração dessa nova realidade:

Um novo mundo está tomando forma neste fim de milênio... na coincidência histórica de três processos *independentes*: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo”.

O *libertarismo*, os *direitos humanos*, o *feminismo* e o *ambientalismo*, citados por Castells como objeto de ação de movimentos sociais, passaram também a constituir o objetivo e conteúdo de trabalho de grande parte das organizações sociais criadas nos últimos 50 anos.

Não é nosso objetivo, neste capítulo, esgotar todos os fatores e acontecimentos que geraram essa transformação, mas sim analisar aqueles que, a nosso ver, destacam-se e apresentam um maior potencial de influenciar em nosso país o crescimento do número de

organizações sociais e de pessoas que buscam desenvolver uma atividade voluntária nessas organizações.

O fim da Era de Ouro

Os preceitos keynesianos e o *welfare state* (Estado do bem-estar social); a capacidade produtiva instalada que não havia sido seriamente afetada pela guerra, principalmente nos Estados Unidos; a energia barata – “o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973”, segundo Hobsbawm (1995, p. 258); o esforço de reconstrução da Europa e Japão no pós-guerra, com a consequente modernização do parque industrial que coloca o Japão e a Alemanha em 1950 nos mesmos níveis de produção dos existentes antes da guerra (HOBBSAWM, 1995); a carência por bens que aumentassem o conforto – bens de consumo – reforçada pelo fim da necessidade do racionamento existente pelo esforço de guerra; a universalização do modelo de produção em massa, taylorismo/fordismo, reduzindo os custos e consequentemente os preços e, também, como “um dos fatores determinantes da rápida reconstrução da Europa Ocidental e do Japão” (LAZZARESCHI, 2007, p. 25); e, o início da revolução tecnológica, são alguns dos fatores que tornaram o período, que vai do pós-guerra ao início dos anos 1970, conhecido como os Anos Dourados, ou a Era de Ouro. “A produção mundial de manufaturados quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes.” (HOBBSAWM, 1995, P. 257). Não foram apenas os países desenvolvidos os que experimentaram os benefícios desse período, pois conforme evidencia Hobsbawm (1995, p. 255):

Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas. [...] Apesar disso,

a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo – os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. Entretanto, a população do Terceiro Mundo aumentou num ritmo espetacular – o número de africanos, leste-asiáticos e sul-americanos mais que duplicou nos 35 anos depois de 1950, o número de latino-americanos mais ainda.

Os chamados países do Terceiro Mundo também foram beneficiados com a internacionalização da produção ou, conforme Lazzareschi (2007, p. 27), uma das características da Era de Ouro foi a:

Multinacionalização do capital, isto é, transferência do capital das grandes corporações para o Leste Asiático e a América do Sul, à procura de mão-de-obra barata e politicamente desorganizada, dando origem a uma nova divisão internacional do trabalho ao permitir a industrialização de bens duráveis (eletrodomésticos, automóveis, tratores etc.) em países até então produtores e exportadores de bens primários – *commodities* – e produtores de bens industrializados de consumo (produtos alimentícios, de higiene pessoal, tecidos, sapatos etc.).

Isso proporcionou a esses países uma participação marginal desse momento de progresso vivido pelas nações desenvolvidas, mas alguns dos fatores que contribuíram para essa prosperidade foram também os que, com a crise econômica que se inicia no final dos anos de 1960, contribuíram para o seu fim, como: a “crise de consumo com o acirramento da competição internacional” (LAZZARESCHI, 2007, p. 28); o desenvolvimento tecnológico que possibilitou a utilização cada vez menor de mão-de-obra; e a crise do petróleo de 1973, “quando o cartel de produtores de petróleo, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar” (HOBSBAWM, 1995, p. 258). A verdade é que uma crise alterou as condições econômicas que davam sustentação à Era de Ouro dando início à chamada Décadas de Crise.

Segundo Antunes (2006), a crise econômica que provocou o fim da Era de Ouro deveu-se, fundamentalmente, à “crise estrutural do capital”, decorrente da redução dos lucros pelo excesso de capacidade produtiva e aumento dos custos de mão-de-obra:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (itálicos no original)

Segundo Hobsbawm (1995, p. 398), “o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis”. Ainda, segundo Hobsbawm (1995), para isso contribuiu o pensamento dominante no início desse processo, de considerar a crise como um curto ciclo, levando as nações a persistirem com suas políticas keynesianas de administração econômica e um aumento do endividamento dos países do Terceiro Mundo.

Porém, não foi apenas o mundo ocidental que passou por um processo de crise no final dos anos 1960. Conforme ressalta Hobsbawm (1995, p. 407): “Não foi muito notado que, mais uma vez, a partir de 1970, mais ou menos, uma crise semelhante havia começado a solapar o ‘Segundo Mundo’ das ‘economias centralmente planejadas’”, e complementa: “Economicamente, já estava claro em meados da década de 1960 que o socialismo centralmente planejado pelo Estado necessitava de reforma urgente”. As sementes da desestruturação do regime político soviético estavam plantadas.

O fim da União Soviética também iria causar impactos na já abalada economia ocidental, no processo de incluir no mercado os países que compunham o bloco soviético. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 408):

[...] com o súbito colapso do sistema político soviético, a divisão inter-regional de trabalho e a rede de dependência mútua que se haviam desenvolvido na esfera soviética também desabaram, obrigando países e regiões para ela programados a enfrentar individualmente o mercado mundial, para o qual não estavam equipados. Mas o Ocidente estava igualmente despreparado para integrar os restos do velho “sistema mundial paralelo” comunista em seu próprio mercado mundial, mesmo que quisesse, o que não queria a Comunidade Europeia.

Além dos impactos econômicos, a rede social europeia passa, a partir desse momento, a dirigir, preferencialmente, suas ações para esses países. Com isso, as organizações sociais dos países da América Latina irão perder boa parte das fontes de financiamento de suas ações.

Para que não haja confusão com o novo significado atribuído ao termo rede social, como um ambiente virtual de socialização, neste trabalho, adotamos o termo rede social para designar o conjunto de organizações sociais que atuam solidariamente ou de forma complementar em prol de uma determinada causa social.

O Japão, que passa praticamente incólume por quase todo o período conhecido como Décadas da Crise, também na década de 1990, vê-se envolvido e passa a amargar um longo período de estagnação econômica.

A reestruturação produtiva

A mudança da condição de países da América Latina e do Sudeste Asiático, que passam de exportadores de *commodities* para a condição de exportadores de produtos industrializados, o que aumentou a oferta mundial desses produtos e, conseqüentemente, afetou os preços internacionais; e a incapacidade do sistema taylorista/fordista, com sua extrema padronização de produtos, de atender as novas demandas de consumo, cujas características são a variedade, a inovação e a qualidade, foram alguns dos principais fatores que provocaram as mudanças do sistema produtivo. Mas, conforme nos alerta Lazzareschi (2007, p. 29):

[...] a reestruturação produtiva deve ser estudada e compreendida sobretudo como resultado de uma escolha consciente, deliberada e consentida pelos sujeitos históricos – trabalhadores, empresários, governo – dentre as alternativas possíveis para a superação da crise econômica mundial que se instalou a partir da segunda metade da década de 60, impedindo a realização de seus interesses e expectativas ao paralisar o crescimento econômico. Surgiu, pois, como estratégia de defesa dos interesses das partes envolvidas e não teria se consolidado sem que uma delas não o consentisse.

Dessa forma, a reestruturação produtiva não aconteceu por imposição ou escolha única do capital, como querem acreditar alguns autores, como forma de enfrentar os problemas decorrentes do excesso de oferta padronizada que se havia tornado incompatível com o novo perfil de consumo, mas sim, por ter sido a forma reconhecida, naquele momento histórico, como a que melhor atendia aos interesses de todos os participantes daquele processo, ou seja, o capital, o trabalho e o governo, pois, segundo Lazzareschi (1995, p. 31):

[...] a estrutura social se mantém se puder oferecer às pessoas, como indivíduos e como membros de vários grupos, alguma garantia de que seus interesses, pelo menos parcialmente, serão realizados, o que implica afirmar que o consentimento e a colaboração são sempre provisórios porque a avaliação racional das condições dadas em função das possibilidades de realização de interesses é permanente.

Antunes (2006) aponta ainda como fatores que levaram as forças produtivas à sua reformulação: o fim do acordo de Bretton Woods; a desregulamentação dos capitais produtivos; e a expansão e liberalização dos capitais financeiros. Além da globalização financeira, Lazzareschi (2007) aponta ainda a pressão dos salários, encargos sociais e impostos, como fatores que contribuíram com a situação que levou à reformulação produtiva. Ou seja, uma extraordinária conjunção de fatores atuou sobre a economia mundial: excesso de oferta e o desinteresse dos consumidores exercendo uma tremenda pressão sobre os preços; o nível de organização alcançado pelos trabalhadores e o crescimento da demanda por mão-de-obra, observada durante a Era de Ouro, elevando os custos de produção em função dos novos níveis salariais e o custeio dos governos em função da abrangência dos sistemas de seguridade

social – o *welfare state*, agindo sobre os custos de produção; a existência de economias que ofereciam mão-de-obra barata e investimentos em infraestrutura; e as possibilidades e facilidades de redirecionamento dos investimentos produtivos e especulativos, todos esses fatores que se desenvolveram durante a Era de Ouro, contribuíram para o seu fim e também para a reformulação do sistema em cujo seio foram gerados.

Para isso contribuíram dois importantes aspectos complementares que, conforme aponta Lazzareschi (2007, p. 33), podem ser considerados básicos para a reestruturação produtiva e já se encontravam disponíveis: a adaptação das “tecnologias de informação de base microeletrônica [...] ao processo produtivo e de prestação de serviços” e os “métodos gerenciais do processo de trabalho aprimorados no Japão (toyotismo)”. Adicionando-se a essas bases a: a internacionalização da produção – distribuição das etapas de produção de acordo com as vantagens competitivas presentes em cada país; a flexibilização do trabalho; e a “internacionalização dos mercados com a redução de barreiras alfandegárias”.

A reestruturação do capitalismo se caracteriza, de acordo com Castells (2001, p. 175): a) pela transição do processo de produção em massa (taylorismo/fordismo) para o processo de produção flexível decorrente da tecnologia da informação aplicada à produção (pós-fordismo); b) a flexibilidade das pequenas e médias empresas frente à rigidez das grandes organizações (p. 176); e, c) os novos métodos de gerenciamento, a mão-de-obra multifuncional, o controle de qualidade e a “desintegração vertical da produção em uma rede de empresas” presentes no toyotismo (p. 178-179).

Porém, como toda ação humana, efeitos não planejados ou desejados, apresentam-se como resultado do processo de reestruturação produtiva. Conforme aponta Antunes (2006, p. 34): “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da

reestruturação produtiva do capital”. O desemprego, como consequência, principalmente, em função da substituição da “capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas” foi, segundo Hobsbawm (1995, p. 402), um dos efeitos impressionantes desse processo, classificado por ele como tragédia histórica:

Os seres humanos não foram eficientemente projetados para um sistema capitalista de produção. Quanto mais alta a tecnologia, mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico.

A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. [...]

[...] o campesinato, que formara a maioria da raça humana em toda a história registrada, fora tornado supérfluo pela revolução agrícola, mas os milhões não mais necessários na terra eram, no passado, prontamente absorvidos por ocupações necessitadas de mão-de-obra em outros lugares, que exigiam apenas disposição para trabalhar, adaptação de habilidades rurais, como cavar e erguer paredes, ou capacidade de aprender no trabalho. Que aconteceria aos trabalhadores nessas ocupações quando por sua vez se tornassem desnecessários? (HOBSBAWM, 1995, p. 404)

As consequências, nos países desenvolvidos foram o extraordinário aumento dos custos previdenciários, que colocaram em cheque o *welfare state*, e que nos países pobres levaram um enorme contingente de trabalhadores à informalidade (HOBSBAWM, 1995). O desemprego, a precariedade de algumas das novas condições de trabalho e a informalidade são aspectos importantes para o nosso estudo, pois constituem importantes demandas sociais que passam a ser objeto das ações dos sindicatos e de organizações sociais que abraçam essas causas ou que são constituídas especificamente para atuar sobre esses problemas. O desemprego nos países pobres e nos países em desenvolvimento e o desmoronamento do socialismo vão, também, provocar um aumento extraordinário dos fluxos migratórios para os países desenvolvidos.

Lazzareschi (2007) aponta, além dos efeitos sobre os trabalhadores e sobre os sistemas de previdência social, outros efeitos que recaíram sobre os governos, como os necessários à

formalização de novos acordos, visando a reduzir as consequências da crise: a ameaça inflacionária; os *deficits* previdenciários; a violência urbana; e conflitos internacionais. Além disso, para os países do Terceiro Mundo, recaem sobre os governos o encargo de administrar as dívidas contraídas para financiar seu desenvolvimento durante a Era de Ouro e o início das Décadas de Crise.

Do neoliberalismo à social democracia (terceira via)

A resposta dada pelas empresas à crise que pôs fim à Era de Ouro, resposta conhecida como reestruturação produtiva, recolocou o setor produtivo privado em uma trajetória de crescimento. Isso só foi possível, como já foi visto, porque os demais participantes desse processo, trabalhadores e governos, assentiram com essas mudanças. Porém, como parte das políticas keynesianas, os Estados também participavam diretamente dos sistemas produtivos e, como as organizações de estado não conseguem reagir com a mesma velocidade que as organizações privadas, criou-se um abismo entre os resultados econômicos das empresas privadas e os resultados das *atividades privadas* do Estado. A essa situação, deve-se somar a crescente pressão sobre as contas públicas causadas pelo crescente aumento de pagamentos de benefícios sociais decorrentes do desemprego e da precarização do trabalho, em descompasso com o aumento das receitas fiscais prejudicadas pela redução do ritmo de crescimento econômico. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 397):

Como os países capitalistas ricos estavam muito mais ricos do que nunca e seu povo, em geral, estava agora mais protegido pelos generosos sistemas de previdência e seguridade social da Era de Ouro, havia menos inquietação social do que se poderia esperar, embora as finanças do governo se vissem espremidas entre enormes pagamentos de benefícios sociais, que subiam mais depressa que as rendas do Estado em economias cujo crescimento era mais lento do que antes de 1973.

A resposta a essa situação foi dada, inicialmente, no Reino Unido por Margareth Thatcher e, nos Estados Unidos, por Ronald Reagan, e ficou conhecido como projeto

neoliberal de reforma do Estado. Para Antunes (2006, p. 66-67), o projeto neoliberal de Thatcher:

[...] contemplava, entre outros pontos:

- 1) A *privatização* de praticamente tudo o que havia sido mantido sob controle estatal no período trabalhista;
- 2) A redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal;
- 3) O desenvolvimento de uma legislação *fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais;
- 4) A aprovação, pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical, visando destruir desde a forte base fabril dos *shop stewards* até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expresso, por exemplo, nas negociações coletivas. (destaques no original)

O resultado dessas políticas foi, segundo Antunes (2006, p. 67):

[...] menos *industrializante* e mais voltado para os *serviços*, menos orientado para a *produção* e mais *financeiro*, menos *coletivista* e mais *individualizado*, mais *desregulamentado* e menos *contratualista*, mais *flexibilizado* e menos “rígido” nas relações entre capital e trabalho, mais fundamentado no *laissez-faire*, no *monetarismo*, e totalmente contrário ao *estatismo nacionalizante* da fase trabalhista. (destaques no original)

Outra consequência importante das reformas neoliberais foi o fortalecimento das organizações sociais e o incentivo direto que essas reformas proporcionaram para desenvolvimento de novas organizações sociais que podiam agora atuar no vácuo do Estado.

Como bem observa Teixeira (2001, p. 99):

Com a crise do Estado de Bem-Estar nos países desenvolvidos e o controle político em mãos de partidos de direita, e, mesmo, dos sociais-democratas, as funções de serviços sociais têm sido transferidas para organizações privadas, empresariais, ou para associações voluntárias sem fins lucrativos. A atuação destas últimas, prestando serviços públicos, sobretudo de saúde e assistência social, financiados pelo Estado e em competição com empresas privadas, estaria constituindo um “terceiro setor” ou “terceiro sistema”. Caracterizando-se pela produção de valores de uso, ausência de lucro e participação social na gestão, apresentam-se como cooperativas, fundações, associações cidadãs ou de voluntários.

A implantação das políticas neoliberais que resultaram na reforma do Estado está, segundo Giddens (2000, p. 21), baseada na tese do Estado mínimo: “A tese do Estado mínimo está estreitamente ligada a uma visão peculiar da sociedade civil como um mecanismo autogerador de solidariedade social”. Essa tese leva à privatização das atividades sociais desenvolvidas pelo Estado, pois a eficiência do mercado produz resultados superiores. E muito mais: “Do Estado, em particular o *welfare state*, diz-se ser destrutivo para a ordem civil, mas os mercados não o são, porque prosperam a partir da iniciativa individual. Como a ordem civil, se deixados por si mesmos os mercados vão fornecer o maior bem para a sociedade” (GIDDENS, 2000, p. 22).

Outra característica do neoliberalismo, já comentada anteriormente por Antunes (2006), é a valorização do individualismo por meio das políticas de igualdade de oportunidades. Assim, de acordo com Giddens (2000, p. 23): “Uma sociedade em que o mercado pode atuar livremente é capaz de gerar grandes desigualdades econômicas, mas estas não importam, desde que pessoas com determinação e talento possam ascender a posições adequadas às suas capacidades”. Sob essa perspectiva, “o *welfare state* é visto como a fonte de todos os males, de maneira muito parecida àquela como o capitalismo era visto outrora pela esquerda revolucionária”.

Porém, conforme ressalta Giddens (2000, p. 25), existe uma contradição na filosofia neoliberal: o conflito entre o “fundamentalismo de mercado e conservadorismo”, pois “nada destrói mais a tradição que a ‘revolução permanente’ das forças de mercado”. Outro aspecto desfavorável da filosofia neoliberal é o destacado por Castells (2006, p. 341):

A importância dada aos atos de caridade e aos trabalhos voluntários praticados pela comunidade como um substituto do Estado do bem-estar social, ao mesmo tempo destacando a importância de uma sociedade civil interessada na resolução de problemas é, essencialmente, uma tela de proteção ideológica destinada a evitar que se encare de frente o

abandono cínico da responsabilidade coletiva, sob pretexto do exercício da responsabilidade individual.

Mas, Giddens (2000, p. 26) não rejeita totalmente as reformas implementadas pelo neoliberalismo e, de certa forma, até as apoia – “o *welfare state*, visto pela maioria como o cerne das políticas social-democráticas, gera hoje mais problemas do que resolve”. Esse aspecto dos social-democratas, reconhecendo qualidades nas políticas neoliberais, também é observado por Hobsbawm (1995, p. 401): “Mesmo a esquerda britânica acabaria admitindo que alguns dos implacáveis choques aplicados à economia britânica pela Sra. Thatcher provavelmente eram necessários”. Assim, a Terceira Via idealizada por Giddens, adotada pelo governo trabalhista de Tony Blair, e que encontra o seu correspondente nos Estados Unidos com o governo democrata de Clinton irá manter grande parte das reformas implementadas durante o período neoliberal.

Esse conjunto de aspectos verificados nas Décadas de Crise – a globalização comercial, produtiva e financeira, e a reformulação do Estado fez com que surgisse a necessidade cada vez maior de organismos que regulassem as relações internacionais, provocando a multiplicação do número das instituições e mecanismos que procuravam atender essas necessidades. “Em meados da década de 1980, havia 365 organizações intergovernamentais e nada menos que 4615 não governamentais, ou seja, acima de duas vezes mais que no início da década de 1970” (HOBSBAWM, 1995, p. 419). Da mesma forma que cresce o número de organizações internacionais, cresce o número de países que aderem à ideia de participação ou formação de blocos internacionais como, por exemplo, a União Europeia.

Assim, a Era de Ouro, que tinha como características: o pleno emprego e níveis salariais que possibilitavam um bom nível de vida às populações dos países desenvolvidos; populações que podiam contar, ainda, com um amplo programa de proteção social; um setor

produtivo que atendia suas expectativas de resultados econômicos; e governos que conseguiam as receitas necessárias às suas atividades, possibilitou para esses povos uma prática de ação social baseada fortemente na filantropia, nas ações de doações financeiras que amenizassem o sofrimento daqueles que se vissem desamparados pela estrutura de trabalho e assistência social oficial. Os países pobres ou em desenvolvimento também foram alvo dessas ações.

A multinacionalização do capital, isto é, a transferência de plantas industriais dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, na busca de incentivos governamentais e de mão-de-obra barata e desorganizada, expandiu também, nos países em desenvolvimento, as ações e financiamentos de agências internacionais, governamentais ou não governamentais, que se pautavam anteriormente pela assistência social, e que, agora, passaram a trabalhar pelo desenvolvimento da consciência cidadã e da organização da sociedade civil.

O financiamento dessas ações não se deu exclusivamente por essas Agências Internacionais. De acordo com Landim (1993, p. 11), esse sistema de financiamento se constituía:

[...] em um sistema na verdade extremamente complexo e composto de diversas instâncias: doadores individuais e Organizações Não-Governamentais de diversos países europeus, canadenses e norte-americanos, igrejas e governos desses mesmos países, agências multilaterais de desenvolvimento, “ONGs” do Terceiro Mundo, governos idem e “grupos de base” beneficiários – os *grassroots recipients*.

Com as transformações ocorridas com o fim da Era de Ouro, todo o cenário se altera. Problemas sociais que só se verificavam nos países do Terceiro Mundo tornam-se presentes também nos países desenvolvidos como consequência do desemprego estrutural, da precarização das condições de trabalho, agravados pela presença do grande número de

imigrantes que não participam oficialmente dos sistemas oficiais de previdência. A desestruturação do bloco soviético, que leva ao processo de reunificação da Alemanha e integração dos países da Europa Oriental à Comunidade Europeia, provoca todo um processo de reestruturação da Europa e à redefinição das prioridades oficiais dos governos, organizações governamentais e organizações não governamentais europeias.

O processo de desenvolvimento econômico verificado na Índia e, principalmente, na China, passa a constituir os objetos de atenção dos Estados Unidos, Japão e países desenvolvidos da Europa que voltam seu olhar para o Oriente. A nova estrutura internacional decorrente do fim do socialismo de Estado, o crescimento do fundamentalismo nos países árabes e o terrorismo, que tem como ponto máximo o ataque às Torres Gêmeas em Nova York, modificam as políticas internacionais que vigoraram por praticamente todo o século XX.

Nos países do Terceiro Mundo se acentuam as diferenças entre os países em desenvolvimento e os países pobres, com o agravamento dos problemas sociais destes últimos. Os países em desenvolvimento, na busca por maior participação na política internacional, organizam-se em blocos, como por exemplo, o G-20, que embora não apresente resultados expressivos, até pela falta de adequada identificação de propósitos comuns, passa a constituir uma voz com potencialidade de influir nas grandes decisões políticas internacionais.

Durante esse período de transformação global, um novo problema se tornou conhecido. O problema da deterioração das condições ambientais que, além da ameaça para as futuras gerações em função do esgotamento ou deterioração dos recursos naturais, apresenta a possibilidade da completa modificação das condições climáticas. Assim, as questões relacionadas com o meio ambiente – sua preservação e recuperação – passam, juntamente

com as questões tradicionais, a fazer parte das políticas de governos e dos objetivos das ações dos movimentos e organizações sociais.

As transformações no Brasil

Quais transformações ocorreram na sociedade brasileira que possibilitaram, a partir do final da década de 1950, o crescimento que se verifica no número de organizações sociais e também no número de pessoas que passaram a disponibilizar parte de seu tempo para nelas desenvolver atividades voluntárias? Mesmo considerando que essas transformações não sejam suficientes para explicar o crescimento do número de organizações sociais e de seus voluntários, entendemos que elas criaram as condições necessárias para esse crescimento.

O Brasil é um país de capitalismo industrial tardio. O desenvolvimento industrial brasileiro, segundo Ianni (1963), só ocorre verdadeiramente a partir de 1930. Antes disso, apenas um hiato industrializante acontece durante o período imperial com Mauá (CALDEIRA, 1995). Sob o aspecto político, o Brasil inicia o século XIX como Colônia, sedia o Império, alcança sua independência sob o regime monárquico e encerra o século como República.

A passagem do século XIX ao século XX se dá sob a República Velha, que teve o seu fim anunciado em 1922 com o tenentismo¹, culminando com a revolução de 1930 (FURTADO, 2007), que dá início a um período marcado pelo antiliberalismo em razão da “decepção do regime de 1891, na sua estrutura federal e individualista” (FAORO, 2000. p. 298).

Esse período conhecido também como Era Vargas, no qual o Estado passa a ser, além de provedor, um forte coordenador político, econômico e social, inibindo o desenvolvimento

¹ Movimento de reivindicações políticas de militares de baixa patente, iniciado em 1922 com os 18 do Forte.

da Sociedade Civil, intercala governo democrático e regime ditatorial e, nesse período, se acentua a mudança da hegemonia rural para a hegemonia urbana, de agrária para industrial. Internacionalmente, a primeira metade do século XX foi marcada por duas grandes crises políticas representadas pelas duas grandes guerras e uma grande crise econômica em 1929.

Com o final do governo de Getúlio Vargas, o Brasil também vivencia a sua Era de Ouro que iria terminar com o final do governo Juscelino e o advento, segundo Bresser Pereira (1968), de nossa crise particular, e que nos levou aos anos de chumbo da Ditadura Militar implantada em 1964.

A partir deste ponto, apresentaremos as principais causas sociais, políticas e econômicas locais que contribuíram para o contexto básico necessário ao início do desenvolvimento do grande número das organizações sociais e do engajamento de grande parte da nossa população nessas organizações.

Os nossos Anos Dourados

Embora o Brasil também tenha se beneficiado com o fim da Segunda Guerra Mundial, os nossos Anos Dourados podem ser representados pelos anos do governo Juscelino. O Brasil do pós-guerra é ainda um país essencialmente agrícola, concentrando mais de 60% de sua população na área rural. O parque industrial existente atendia exclusivamente às necessidades de consumo. Somente a partir do processo de industrialização do governo Juscelino é que o Brasil passou a produzir bens duráveis.

Verifica-se, assim, uma aceleração do processo migratório que iria mudar o perfil de nossa sociedade de rural para urbana em menos de 20 anos (Tabela 1).

Tabela 1 – População urbana no Brasil

Anos	População Total	Urbana	Rural
1940	41.236.315	31,24%	68,76%
1950	51.944.397	36,16%	63,84%
1960	70.070.454	44,67%	55,33%
1970	93.139.037	55,92%	44,08%
1980	119.002.706	67,59%	32,41%
1991	152.113.163	72,97%	27,03%
1996	157.070.163	78,36%	21,64%

Fonte: IBGE (BRASIL, 2009)

Esse processo de rápida urbanização pode ser creditado a dois grandes fatores: o desenvolvimento industrial decorrente das políticas de desenvolvimento do governo Juscelino – 50 anos em 5; e a racionalização dos processos produtivos no campo que se iniciou com a adoção da mão-de-obra assalariada. Conforme apresentado por Ianni (1963, p. 153):

À medida que os núcleos produtores tradicionais, de fraca produtividade comerciável ou exclusivamente de subsistência, entram em contato direto e contínuo com os centros capitalistas propulsores, verificam-se modificações profundas naqueles, com a desorganização das unidades e a sua reorganização em outros níveis. Com a modificação das condições de produção, alteram-se a estrutura e o sentido do mercado de trabalho, modificando-se as exigências de mão-de-obra. Daí as alterações da configuração demográfica, em seus diversos aspectos. [...] O êxodo rural-urbano, que exprime esse fenômeno, é, por conseguinte, um produto das transformações da estrutura agrária, em conexão com a economia industrial em crescimento.

A racionalização do trabalho no campo traz como consequência não só a migração do campo para as cidades, mas também a precarização das condições de trabalho no campo com a expulsão do colono e o aparecimento de uma nova categoria de trabalhador – os boias-frias, e a proliferação dos bolsões de pobreza nas cidades.

O processo de urbanização e o processo de industrialização provocam uma nova necessidade em nossa sociedade. A necessidade de desenvolvimento do sistema educacional – capacitação da mão-de-obra sem as competências exigidas pelo mercado de trabalho, provocando a importação de mão-de-obra especializada, tal como se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Pessoal da empresa em 1957

Local de nascimento	Operários não qualificados e desqualificados	Operários qualificados controladores e contramestres	Mestres e técnicos
Cidade de S. Paulo	7,0	14,2	-
Interior de S. Paulo e em outros Estados, exceto o Nordeste	48,9	22,0	4,8
Nordeste, inclusive Bahia	15,2	2,0	-
Países estrangeiros	18,9	62,0	95,2
Total	100	100	100

Fonte: Juarez Brandão Lopes (*apud* IANNI, 1963, p. 121)

Ianni (1963, p. 155) destaca que:

Naturalmente há e haverá casos em que as empresas necessitarão de profissionais qualificados inexistentes no país. Certas categorias de engenheiros e técnicos, por exemplo, dos quais a nação não dispõe e não pode dispor em curto prazo, deverão ser trazidos dos países cujos sistemas industriais se encontram mais desenvolvidos.

Ora, até quando se conseguiria suprir as necessidades de mão-de-obra qualificada importando esses trabalhadores? A partir do momento em que a demanda justificasse, ficaria muito mais barata a formação local desses trabalhadores do que a sua importação. Ianni e Cardoso (1963, p. 211) consideram que:

[...] o processo de crescimento industrial significará, entre nós, a transformação de uma economia de base agrária, que se assentava no latifúndio organizado em moldes patriarcais, e visava diretamente à exportação de produtos primários para o mercado internacional, numa economia nacional de base capitalista que se desenvolve numa sociedade de classes, onde a indústria torna-se, ao lado da agricultura, um componente essencial do mecanismo econômico. Ao mesmo tempo, pois, esse processo dependerá e resultará na transformação da antiga sociedade patriarcal, estratificada em camadas rígidas, na sociedade democrática de classes abertas.

E complementando o raciocínio, indicam que:

Em primeiro lugar, essa democratização consiste na extensão a *todos* da educação primária, que deverá ser pública, universal, gratuita e obrigatória, para perder seu caráter seletivo. Em segundo lugar, consiste na transformação do espírito do ensino fundamental, que

deverá tender a homogeneizar os valores que serão partilhados pelo educando, e enfatizar a igualdade fundamental do trabalho como realização humana, seja ele manual, intelectual ou artístico. (IANNI e CARDOSO, 1963, p. 212/213)

Observa-se que o setor educacional, apesar da patente necessidade de desenvolvimento, que demonstrava, no final da década de 1950, ainda continuava inadequado às demandas dos setores produtivos; apenas as classes mais favorecidas conseguiam uma adequada formação educacional, embora direcionada mais às humanidades que às carreiras relacionadas à produção. A esse respeito raciocina Ianni (1963, p. 195):

Somente nos últimos anos é que parcelas mais amplas da sociedade brasileira vêm adquirindo a consciência dessa questão. Do amplo debate em torno da reforma do sistema educacional brasileiro, iniciado com a revolução de 1930 e revigorado depois de 1945, apenas nos anos recentes é que se começou a colocar de modo claro certos problemas econômico-sociais subjacentes ao problema.

Outro aspecto importante de nossa sociedade, que começa a se modificar nessa época, é o da consciência de cidadania – consciência dos direitos e deveres dos cidadãos. A nossa sociedade sempre inibiu, ou reprimiu, as tentativas de desenvolvimento de uma sociedade civil forte. Reprimiu durante o período Colonial e do Vice-Reinado; inibiu, e por vezes reprimiu, nos períodos seguintes, principalmente com o Estado Provedor a partir da década de 1930.

È importante a observação de Holanda (2006, p. 171) sobre a forma como acontecem as grandes mudanças no nosso país em comparação a outros países: “A grande revolução brasileira não é um fato que se registre em instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos três quartos de século”. Além disso, essas mudanças, segundo aquele autor, não brotam da sociedade e sim das classes dominantes ou dos altos dirigentes, “de cima para baixo”. Realmente, na nossa história, todas as tentativas de mudanças não desencadeadas por grupos pertencentes às classes dominantes foram abafadas. Somos um país

que não passou por transformações violentas no sentido de mudanças drásticas de troca de posições entre classes. As mudanças radicais sempre foram entre grupos da mesma classe, as demais ocorreram através de processos que se estenderam por um longo período, o que dá uma aparência de natural à mudança. Observe-se que a mesma lógica estava presente na revolução de 1964.

Essa nova consciência de cidadania começa, então, a se instalar em nosso país devido às novas condições sociais decorrentes do processo de desenvolvimento experimentado durante os Anos Dourados. O apoio dado aos movimentos nascentes pelas Agências Internacionais de Desenvolvimento e pela Igreja Católica ajuda a desenvolver uma nova consciência a respeito dos problemas sociais e do papel do cidadão na nossa sociedade. Uma sociedade civil atuante começa a se formar.

As Agências Internacionais de Desenvolvimento que passaram a atuar em nosso país, incentivando, financiando e capacitando a organização popular (LANDIM, 1993), vieram reforçar a atuação dos movimentos populares contando com o apoio local da Igreja Católica, dos movimentos pastorais e, principalmente, da nova teologia desenvolvida na década de 1970 e, posteriormente, condenada pela Igreja Católica, a Teologia da Libertação. De acordo com Mendes (2003, p. 7):

Na América Latina, as ONG surgiram já no final da década de 50 como organizações de natureza político-social, criadas por iniciativa de grupos de profissionais e técnicos caracterizados pela militância social, ou de grupos pastorais da Igreja Católica. Esses grupos informais desenvolviam trabalhos de formação e promoção de comunidades de base em setores marginalizados e tinham possibilidades de relacionamento com agências de cooperação europeia, de procedência católica, que financiavam suas atividades.

É importante lembrar que essas Agências Internacionais de Desenvolvimento, conhecidas hoje pela expressão “Organizações Não Governamentais” (ONGs), desenvolveram-se dentro de uma lógica de direitos, e não da caridade. Foram criadas em um

ambiente de consciência de cidadania e protagonismo. Uma realidade estranha para nós que conhecíamos a atuação social do amparo, da assistência (principalmente governamental) e da caridade.

Nossos movimentos sociais, na grande maioria das vezes, não brotavam da sociedade, mas sim das classes sociais mais esclarecidas ou dominantes. A grande exceção foi o movimento sindical, em função da origem de seus protagonistas, mesmo antes de Getúlio Vargas instituir a estrutura sindical cujas características se mantêm até hoje em vigor. De acordo com Fernandes (2002) e Landim (1993), essas organizações ou Agências Internacionais vieram mudar essa visão. Seus programas visavam à formação dos cidadãos para a consciência de sua situação e de seus direitos. Mendes (2003, p. 7-8) salienta que:

[...] a partir da segunda metade da década de 50, no intervalo entre a ditadura populista de Getúlio Vargas e a ditadura militar, a sociedade civil brasileira começa a reorganizar-se com projetos de associativismo relativamente autônomos e acentuadamente políticos, em que um grande número de associações civis e os sindicatos, formalmente atrelados ao Estado, terão um papel significativo. Nascem, a partir daí, lideradas pela classe média intelectualizada e militante, seguindo uma tendência generalizada pela América Latina, as organizações foco da análise dos textos, que irão se defrontar com o regime de força iniciado com o golpe de Estado em 1964.

Fernandes (2002) indica 17 categorias de atuação das ONGs: progresso social englobando desenvolvimento e bem estar; criminalidade; violência; drogas; negros; índios; formação qualificada/assessoria; educação; pesquisa; desenvolvimento/promoção social; desenvolvimento rural; saúde; mulher; meio ambiente; comunicação; direitos humanos; e projetos de financiamento para geração de renda. Assim, o rol de temas objeto de atuação das organizações sociais, que era basicamente de amparo, assistência e caridade, foi multiplicado, bem como os interesses e motivos que faziam com que as pessoas se engajassem nesses movimentos e organizações.

Da mesma forma que na Europa, onde os trabalhadores, a partir do século XIX, ingressaram na vida pública via representação ou sindicatos, provocando alterações nas relações de trabalho, esse novo nível de consciência, somado às condições estruturais já comentadas, possibilitaram o ingresso na vida pública de outros grupos sociais e suas reivindicações a partir da década de 1950. De acordo com Fernandes (2002), cerca de 17% das organizações existentes na década de 1990, surgiram entre 1950 e 1960, e de acordo com Landim (1993, p. 12), “entre 1960 e 1980, houve um crescimento de 68% na ajuda externa para o Terceiro Mundo, por meio de agências não governamentais de países europeus, do Canadá e dos Estados Unidos”, chegando a “4,7 bilhões de dólares”.

Porém, essas Agências Internacionais introduzem uma nova forma de financiamento das atividades sociais – o financiamento de projetos, que incorpora uma nova lógica econômica às organizações sociais. Oliveira (2005, p. 35) lembra que as Agências Internacionais:

[...] necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de desenvolver projetos, implantá-los e prestar contas. Para isso necessitavam de personalidade jurídica e um mínimo de estrutura administrativa, além da afinidade de propósitos. Em razão da formação recente dessas organizações, o apoio dessas organizações internacionais não era de forma institucional, e sim na forma de projetos, o que levou ao desenvolvimento e reforço da lógica pragmática [...]

Porém, quando os efeitos da atuação dessas Agências Internacionais começam a se verificar, dois importantes acontecimentos inibem novamente o seu desenvolvimento: a crise brasileira do início dos anos 1960 e, logo a seguir, a Revolução de 31 de março de 1964 com a implantação do Regime Militar. Além disso, o crescimento das atenções para o continente africano e as mudanças ocorridas no cenário internacional com o desmanche do bloco comunista, alteram o fluxo de financiamento e, conforme Oliveira (2005, p. 88):

No início dos anos 1990, as ONGs internacionais já estavam se voltando ao financiamento das organizações do continente africano e, em virtude da queda do Muro de Berlim, às organizações do leste europeu. Isto caracterizou a terceira fase na qual as organizações brasileiras foram obrigadas a buscar dentro do próprio país o financiamento de suas atividades. [...] Se havia um relativo pragmatismo na forma de financiamento por parte das ONGs, este se consolida com os critérios de financiamento adotados pelas empresas. A partir desses acontecimentos a eficiência na administração dos recursos e a eficácia na definição dos projetos, processos e objetivos passam a ser determinantes para a sobrevivência dessas organizações.

De acordo com Bresser Pereira (1968, p. 128), um dos momentos importantes de transformações sociais, políticas e econômicas aconteceu no Brasil na década de 1960, com o advento da “Crise Brasileira”:

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o país era dominado por um sentimento de otimismo, que nos últimos anos da década de 50 se transformara em euforia. O Brasil não era apenas “o país do futuro”. Estava se transformando rapidamente nesse país.

A partir de 1961, porém, a situação foi mudando. O sentimento de otimismo (o que não dizer do de euforia) foi dando lugar ao de dúvida e depois ao de decidido pessimismo.

Bresser Pereira (1968) aponta como causas dessa crise apenas aspectos econômicos e políticos, não mencionando os sociais. Os aspectos econômicos de médio prazo estão divididos em *causas personalistas* e *causas estruturais*. As causas personalistas apontadas são: “o caráter inflacionário do Governo Kubitschek; a insegurança política e a incapacidade administrativa que prevaleceram durante o Governo Goulart” (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 138). O autor alerta que regressão econômica não deve ser confundida com inflação, ainda que, exceto pelo ano de 1959, o comportamento inflacionário do período Kubitschek tenha sido semelhante ao período anterior. Porém, o aspecto político-administrativo do período Goulart, para o autor, é representativo.

As causas estruturais indicadas são: “a diminuição das oportunidades de investimento, a limitação à capacidade de exportar (e, portanto, de importar) e a inflação aberta”

(BRESSER PEREIRA, 1968, p. 139). O autor considera a primeira a mais importante, embora analise: a diminuição das oportunidades de investimento; a redução das possibilidades de substituição de importações; a falta de mercados e salários reais; a capacidade ociosa; as limitações à capacidade de importar; a concentração de renda e a inflação; da inflação de procura à de custos; o processo inflacionário (além da grande concentração da economia – monopólios ou oligopólios).

O autor apresenta as causas políticas de médio prazo da mesma forma que apresentou as causas econômicas, divididas em dois grupos: personalista e estrutural. Como causas personalistas, apresenta a renúncia de Jânio Quadros, sendo que “o Vice-Presidente, empossado após uma tentativa mal sucedida de golpe por parte de setores consideráveis das forças armadas, só vem agravar o problema” (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 159). Ainda como causas personalistas são consideradas: a morte do Presidente Kennedy e “a subida à Presidência dos Estados Unidos de Lyndon Johnson, que endureceu a política externa norte-americana e fez reviver, em relação à América Latina, métodos de afirmação de liderança continental há muito condenados e sepultados” (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 160), e a elas atribui importância equivalente às causas estruturais.

Como causas políticas estruturais de médio prazo, menciona:

Em primeiro lugar, temos a emergência como força política autônoma a imaturidade das esquerdas. [...] Em segundo lugar, temos o alarmismo da direita. [...] Em terceiro lugar, temos no seio das forças armadas, a crescente influência dos elementos saídos da Escola Superior de Guerra, que melhor preparados que seus demais colegas de armas, e melhor organizados, desenvolveram uma ideologia e uma estratégia militar toda especial, baseadas na inevitabilidade da terceira guerra mundial e na necessária vinculação do Brasil ao bloco liderado pelos Estados Unidos. (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 159 - 160)

Como causas econômicas de curto prazo, Bresser Pereira (1968) aponta o Governo Castelo Branco, ao eleger, como prioridade, a aceleração do processo de desenvolvimento, e

como meios, o combate à inflação, assegurar o pleno emprego, corrigir os déficits do balanço de pagamento e atenuar os desníveis setoriais e regionais. O que se viu na prática foi a priorização do combate à inflação, considerada erroneamente, segundo o autor, como inflação de demanda. Em 1965, o desemprego em S. Paulo atingiu 13,4%. Quanto às causas políticas de curto prazo, o autor apresenta principalmente a falta de representatividade que só se agravou com o governo militar.

Mas não é só. As esquerdas sofreram profunda amputação, tanto naquilo que elas tinham de mais autêntico quanto no de mais demagógico. Nas cassações oportunistas foram confundidos com homens sinceros; moderados, com extremistas. Dessa forma, interrompeu-se quase totalmente o diálogo com as forças progressistas do país. (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 168)

É importante notar que a crise brasileira se desenvolve com uma década de antecedência à crise mundial. Segundo Hobsbawm (1995, p. 393), a chamada Era de Ouro nos países desenvolvidos compreende o período que vai do final dos anos de 1940 a meados dos anos de 1970, sendo seguida pela crise que se abateu sobre o mundo: “A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”.

Mesmo considerando-se que, no caso brasileiro, tenhamos tido um curto período entre o final da década de 1960 e início da década de 70 de magnífico crescimento econômico, conhecido como Milagre Econômico, este se caracterizou como uns dos períodos de maior concentração de renda e de perda do poder de compra da classe trabalhadora, pois o salário mínimo, fonte de renda de mais da metade dos assalariados, em 1972, apresentou uma perda de poder aquisitivo de 42% entre 64 e 74 (LACERDA *et alii*, 2000). A crise brasileira dos anos 1960 interrompe o processo de aumento do emprego e da renda e o período do “Milagre Econômico” apenas resgata o crescimento do emprego. Assim, a Era de Ouro, que durou perto de três décadas no mundo desenvolvido teve, no Brasil, uma duração bem menor em

função de nossa crise particular, sobretudo devido ao golpe de 1964 que deu origem aos Anos de Chumbo.

Outro aspecto que deve ser considerado é que, enquanto no Brasil estávamos vivenciando o processo de desenvolvimento, com a migração de subemprego, trabalho marginal da cidade ou do campo para trabalho formal, estendendo a novos contingentes de trabalhadores os direitos trabalhistas, nos países desenvolvidos a Era de Ouro incorporava bem estar social patrocinado e regulado pelo Estado (*welfare state*) ao trabalhador. Essas características decorrentes de diferentes estágios de desenvolvimento provocam diferenças importantes nos níveis de políticas públicas desenvolvidas pelos países, embora normalmente esses momentos de sociedades diferentes sejam apreendidos sob a mesma perspectiva.

Dos Anos de Chumbo à redemocratização

O Golpe Militar de 1964 iria abafar, mais uma vez, o processo de desenvolvimento da cidadania combatendo as manifestações e movimentos populares que não estivessem alinhados com os seus objetivos. Enquanto nos países desenvolvidos apresentavam, de acordo com Latham (2007, p. 52), a seguinte cronologia:

As décadas de 1950 e 1960 testemunharam a maciça expansão social democrata dos serviços públicos e de políticas de emprego keynesianas. As décadas de 1970 e 1980 testemunharam a ascensão do neoliberalismo, mediante a desregulamentação dos mercados econômicos e a privatização e corporativização de serviços do governo. Os anos 90 testemunharam o advento do pensamento de terceira via.

No Brasil, no período entre o final da Segunda Guerra e o início dos anos de 1950, o regime democrático novamente é adotado e a segunda metade dessa década é o nosso período dos Anos Dourados. A renúncia de Jânio Quadros marca o início da nossa crise particular e, em 1964, tem início um período de 20 anos de regime ditatorial comandado pelos militares.

A visão desenvolvimentista do período militar, facilitada pela grande disponibilidade de recursos internacionais, leva à contratação de grandes volumes de empréstimos, no mesmo momento em que os primeiros sinais da crise internacional começam a surgir. Esses investimentos, embora proporcionem um curto período de euforia – o Milagre Econômico – engrossarão a dívida de nosso país e contribuirão para mais de duas décadas de dependência de empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional), inflação, queda dos investimentos produtivos e consequente redução do crescimento. Dessa forma, o problema do desemprego em nosso país foi, durante esse período, de natureza conjuntural, uma vez que a reestruturação produtiva só iria se consolidar com a abertura comercial implantada após o período militar.

Enquanto nos países desenvolvidos, a adoção do neoliberalismo surgiu com a crise dos anos 70, no Brasil, suas práticas só aparecem a partir do governo Collor, no início dos anos de 1990, com a abertura comercial e o início do processo de privatização de atividades empresariais do Estado. A visão econômica que vai procurar transferir as ações de Estado à sociedade civil que, sob as forças do mercado seriam mais eficientes, só acontece na segunda metade dessa década.

Esse aspecto é de extrema importância para a sociedade civil no Brasil e para a compreensão do nosso problema. Com a crise do Estado e o início da desmontagem do Estado autoritário do Regime Militar, processo que se inicia na segunda metade dos anos de 1970, no governo Geisel, mas que só se consolida ao final do governo Figueiredo, o período de inibição, ou repressão, verificado desde o início dos anos de 1960, começa a se reduzir. Esse processo possibilita a retomada do desenvolvimento das organizações sociais, principalmente após o processo de redemocratização e da promulgação da nova Constituição de 1988. Isso não quer dizer que durante o período militar não tenhamos testemunhado a atuação dos movimentos e lutas sociais – MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), guerrilha

do Araguaia, movimento das Diretas Já, dentre outros –, ou tenhamos prescindido das ações das organizações sociais.

Conforme visto na primeira parte deste capítulo, a crise dos anos de 1970 nos países desenvolvidos foi, de acordo com Castells (2001, p. 68), um fator importante de mudanças do modelo de produção e acumulação vigente:

[...], em meados da década de 70, os EUA e o mundo capitalista foram sacudidos por uma grande crise econômica, exemplificada (mas não causada) pela crise do petróleo, em 1973-74. Essa motivou uma reestruturação drástica do sistema capitalista em escala global e, sem dúvida, induziu um novo modelo de acumulação em descontinuidade histórica com o capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial, [...].

Com essa visão, Castells apoia sua tese da reformulação tecnológica que conduzirá a humanidade à terceira grande revolução, ao adotar o *informacionalismo* como principal fator de produção:

Assim, no modo agrário de desenvolvimento, a fonte do incremento de excedente resulta dos aumentos quantitativos da mão-de-obra e dos recursos naturais (em particular a terra) no processo produtivo, bem como da dotação natural desses recursos. No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade reside na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos produtivos e de circulação. No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimentos e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processo de informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. (CASTELLS, 2001, p. 35)

Porém, no Brasil, os reflexos da reestruturação produtiva e do *informacionismo*, em virtude de políticas de reserva de mercado, só se consolidaram após a abertura de mercado e o abandono dessas políticas. Nesse momento o desemprego passa a ser estrutural. Além do atraso tecnológico e do desemprego que se torna agudo, a abertura comercial exporá outros problemas que estavam camuflados pelas políticas protecionistas e o fechamento do mercado: o nível de escolaridade e formação da nossa mão-de-obra; e a precária rede de assistência social. Ao contrário do trabalhador dos países desenvolvidos que, na falta de oferta de trabalho podia contar com uma boa estrutura de assistência social e programas de requalificação, o trabalhador brasileiro, ao ficar desempregado, só podia contar com: os recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), isso se não o tivesse utilizado para a compra da casa própria; e, a partir de 1986, com um seguro desemprego entre meio e um e meio Salários Mínimos por um período máximo de quatro meses, que, a partir de 1990, passou a ser limitado a um Salário Mínimo e, a partir de 1994, teve alterado o período de benefício para cinco meses. Centrais sindicais e organizações sociais procuraram desenvolver ações de requalificação e recolocação desse contingente de trabalhadores e, para isso, novas organizações sociais surgiram com o objetivo específico de requalificação, ou desenvolvimento de novas formas de geração de renda, mesmo que precárias, procurando evitar o mal maior da economia informal e da criminalidade. A realidade é que, apesar dos esforços, vivenciamos o crescimento desses dois efeitos nefastos do desemprego.

Finalmente, outro acontecimento internacional que marcou profundamente a segunda metade do século XX foi o colapso do socialismo, expresso simbolicamente na queda do Muro de Berlim em novembro de 1989. Em retrospectiva, segundo Hobsbawm (2007, p. 456), “à medida que a década de 1970 passava para a de 1980, foi ficando cada vez mais claro que havia alguma coisa de seriamente errado em todos os sistemas socialistas que assim se consideravam”.

A queda do Muro de Berlim também muda o foco de atuação das Agências Internacionais de Desenvolvimento, que começam a direcionar suas ações aos Estados do Leste Europeu. Isso provocará uma redução significativa do volume de recursos que antes era direcionado aos países da América Latina. Essa mudança leva os movimentos e as organizações sociais a buscarem novas fontes de financiamento. Coincidentemente, no início dos anos de 1990, começavam a se firmar no Brasil dois novos conceitos: o da responsabilidade social empresarial e o do Balanço Social; e o conceito neoliberal do Estado Mínimo.

O conceito de responsabilidade social empresarial e do Balanço Social, de acordo com Melo Neto e Froes (1999), tem seu marco inicial em 1972, com o Relatório Meadows do Clube de Roma,² como resultado das discussões sobre os limites da expansão econômica, e o Relatório Sudreau, de 1977 na França, que abordava a reforma da empresa. Esses acontecimentos culminaram com a aprovação da lei que instituiu o Balanço Social na França. O conceito neoliberal de Estado Mínimo, conforme já visto no início deste capítulo, teve seu início com os governos Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos.

A combinação desses acontecimentos – mudança do foco dos financiamentos internacionais dos países Sul Americanos para os países do Leste Europeu, a nova postura empresarial frente aos problemas sociais, e o processo de transferência de atividades sociais do Estado para as organizações sociais – levam a duas grandes consequências: redirecionamento dos esforços de captação de recursos das organizações sociais para o segmento empresarial e junto aos governos, em seus três níveis, seja na forma de financiamento (investimento social), seja na forma de parcerias; e a atuação direta das empresas nas atividades sociais através da constituição de Fundações e Institutos.

² O Clube de Roma, que reunia chefes de estado e lideranças de diversas áreas da sociedade de diversos países, teve seu início na década de 1960, e se propunha a oferecer previsões e soluções para o futuro da humanidade.

A Reforma do Estado realizada pelo Ministério da Administração Federal propôs, na década de 1990, o aumento da participação das organizações do Terceiro Setor nas ações sociais, justificado pela crise do Estado.

A crise do Estado pode ser definida (1) como uma crise fiscal, caracterizada pela constante perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) como o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas, dentre as quais a crise do Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) como uma crise da forma de administrar o Estado, isto é, por meio do advento de disfunções da burocracia estatal. (BRASIL, 1997, p. 8)

Segundo Bresser Pereira (1997), a reforma do Estado deve promover a redução do tamanho do Estado, privatizando aquelas atividades de produção de bens e serviços para o mercado; devem ser terceirizadas as atividades auxiliares e de suporte; mantidas as atividades que são características de Estado e as atividades sociais e científicas devem ser “publicizadas”, ou seja, em virtude de serem caracterizadas como atividades que devem ser subsidiadas pelo Estado, não podem ser privatizadas, pois a lógica da privatização é o lucro, o que não é compatível com essas atividades. Assim, elas devem ser desenvolvidas por organizações que, embora públicas, não são do Estado. “Em princípio todas as organizações sem fins lucrativos são ou devem ser organizações públicas não estatais” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 26), ou seja, essas atividades devem ser desenvolvidas pelas Organizações Sociais que o Ministério da Administração e Reforma do Estado define como:

As Organizações Sociais (OS) são um modelo de organização pública não estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica. Trata-se de uma forma de propriedade pública não estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. (BRASIL, 1997, p. 13)

A criação das OSCIPs veio facilitar os processos de financiamento e parcerias tanto por parte do governo, como para as empresas. Assim, a Reforma do Estado, realizada pelo

Ministério da Administração Federal, contribuiu decisivamente para o grande crescimento do número de organizações sociais.

Finalmente, conforme mencionado na introdução deste trabalho, o marco que passou a dar à nossa sociedade a visibilidade que faltava às organizações sociais, foi o evento conhecido como Rio 92. Consideramos que essa visibilidade também se constitui em fator importante de promoção da atividade voluntária.

Conforme vimos, dentre as causas do desenvolvimento do chamado Terceiro Setor encontramos, segundo diversos autores, como Fernandes (2002), Montaña (2002), Melo Neto e Froes (2001), principalmente o fim do keynesianismo - Estado do bem estar social –, e a adoção das políticas neoliberais e socialdemocratas. De acordo com Hobsbawm (1995), o final da Era de Ouro teve seu início em 1968, com a crise da explosão salarial, seguida pela expansão financeira e a aceleração da inflação a partir do início da década de 70; o fim do acordo de Bretton Woods em 1971; o *boom* da produção em 1972/ 1973; e a crise do petróleo em 1973. Especificamente na América Latina, segundo Castells (2001, p. 131), “[...] a chamada ‘década perdida’ dos anos 80, em consequência da crise da dívida e da deterioração em termos de comércio [...]”.

A nova consciência política, fruto da atuação das agências internacionais e do período de repressão pós 64, atuando sobre as condições estruturais vigentes ao final da década de 1950, permitiu o início de um processo de alteração da composição do mundo das organizações sociais no Brasil, que é complementado pela *publicização* das atividades do Estado na década de 1990, e pelo novo papel de responsabilidade socioambiental que se espera das organizações de mercado.

Essa nova composição do mundo das organizações sociais apresenta, como um de seus efeitos, além do crescimento no número de organizações sociais, o aumento da

diversidade e complexidade de atuação. Como já mencionamos, à atuação de base religiosa e filantrópica se adicionou principalmente uma base reivindicatória – que era natural aos movimentos sociais –; uma base de atuação pública, que era natural ao Estado; e uma base de atuação empresarial, por meio de fundações, institutos e parcerias, levando ao Terceiro Setor uma lógica que era natural das organizações de mercado. A uma base essencialmente caritativa e filantrópica foi acrescentada uma base econômica, pragmática e racional.

Entendemos que essa nova composição das organizações sociais traz em seu bojo as motivações de ação social, ou de trabalho voluntário, relativas à natureza de sua atuação. Ou seja, a motivação para o trabalho voluntário estará vinculada à natureza de atuação da organização, aos seus propósitos.

O novo nível de consciência política também contribuirá para o incremento do número de pessoas buscando uma participação social mais intensa. Cresce não só o número de voluntários, mas, também, a diversidade das motivações que os levam à atuação voluntária.

O potencial de transformação das organizações sociais

Trataremos agora de uma questão que consideramos importante no processo de motivação das pessoas ao desenvolverem atividades voluntárias. A capacidade dessas organizações, como agentes de transformações políticas, sociais e econômicas. Talvez seja importante conhecer a essência das organizações sociais, mas, apenas pelo fato dessas organizações existirem e agirem sobre a sociedade, fatalmente será também um dos fatores de suas transformações. Vejamos o pensamento de Weber (2006, p. 48) a respeito da influência da religião e seitas protestantes sobre a formação do capitalismo:

Para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido “selecionadas”, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não

apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por *grupos* de pessoas.

Considerando o mesmo tema, Freund (1970) inicia seu capítulo sobre a sociologia da religião de Weber argumentando: “A sociologia não tem por obrigação estudar a essência do fenômeno religioso, mas sim o comportamento ao qual este dá origem pelo fato de se apoiar sobre certas experiências particulares, sobre representações e fins determinados”.

Da mesma forma, entendemos que o papel atual de transformação das organizações sociais e o potencial de transformação futura são tão ou mais importantes que o resultado direto de sua atuação, do seu propósito. E a importância dessas transformações já pode ser percebida. Um exemplo disso é o comentário de De Masi (2006, p. 63):

Vivemos de fato uma inversão de liderança: não é mais a indústria que leva à mudança da sociedade, mas a sociedade (jovens, mulheres, artistas, desempregados, imigrantes, pensionistas e voluntários) que antecipa os valores, as necessidades e até os instrumentos operativos que a empresa [...] se obstina em não compreender e não adotar. [...] Hoje, todas as organizações produtivas recebem de fora um poderoso impulso para desmanchar o quanto de óbvio, inseguro, agressivo, ambicioso, burocrático e machista alinham em seus corpos obesos.

Entendemos que um dos fatores que fazem das organizações sociais agentes de transformações políticas, sociais e econômicas é a forma de dominação nelas presente. Assim, inicialmente, analisaremos qual o potencial de transformação existente nos tipos de dominação identificados por Weber (1979): a dominação carismática; a dominação patriarcal e a dominação patrimonial; e a dominação burocrática. Em seguida, verificaremos quais dessas formas de dominação se apresenta como a dominante nas diversas formações adotadas pelas organizações sociais.

Dentre as formas de dominação acima citadas, segundo Weber (2004b, p. 323), a única que apresenta potencial de transformação é a dominação carismática.

A estrutura burocrática bem como a patriarcal, que em tantos aspectos lhe é antagônica, são formações entre cujas qualidades mais importantes figura a *continuidade*, sendo neste sentido, portanto, formações de caráter “cotidiano”. Particularmente o poder patriarcal está radicado na satisfação das necessidades cotidianas normais, e recorrentes, tendo por isso seu lugar originário na *economia*, e dentro desta naqueles ramos que podem ser satisfeitos com meios normais e habituais. O patriarca é o “líder natural” da vida cotidiana. Neste aspecto, a estrutura burocrática é apenas o par da primeira, transposto para a esfera racional. Também é uma formação permanente e correspondente, com seu sistema de regras racionais, a satisfação de necessidades constantes e calculáveis com meios normais. Ao contrário, a satisfação de todas as necessidades que *transcendem* as exigências da vida econômica cotidiana tem, em princípio, fundamentos totalmente heterogêneos: carismáticos – e isto em grau crescente nos tempos mais remotos. Isto significa: os *líderes* “naturais”, em situações de *dificuldades* psíquicas, físicas, econômicas, éticas, religiosas e políticas, não eram pessoas que ocupavam um cargo público, nem que exerciam determinada “profissão” especializada e remunerada, no sentido atual da palavra, mas portadores de dons físicos e espirituais específicos, *considerados* sobrenaturais (no sentido de não serem acessíveis a todo mundo).

Duas características da estrutura carismática são igualmente importantes para a nossa compreensão das relações entre esse modo de dominação e as organizações sociais. A primeira é a configuração adotada pela organização fundamentada na autoridade carismática na composição de sua estrutura.

Em oposição a toda espécie de organização administrativa burocrática, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de “carreira” ou “promoção”; não conhece nenhum “salário”, nenhuma instrução especializada regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; [...] Ao contrário, o carisma conhece apenas determinações e limites imanentes. O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de uma missão. (WEBER, 2004b, p. 324)

Complementando essa explicação, Weber (2004b, p. 330) argumenta que:

A existência de uma autoridade “puramente” carismática, no sentido aqui adotado da palavra, embora esta não possa ser concebida [...] como “organização” no sentido costumeiro de uma ordem imposta aos homens e objetos, segundo um princípio de finalidade e meio, não significa de modo algum uma situação amorfa com falta de estrutura,

sendo, ao contrário, uma forma estrutural social claramente definida, com órgãos pessoais e um aparato de serviços e bens materiais que se adaptam à missão do portador do carisma.

A segunda característica desse tipo de organização, igualmente importante para a nossa compreensão das relações entre esse modo de dominação e as organizações sociais, é a forma adotada para o atendimento das necessidades econômicas que a diferencia das organizações burocrática, patriarcal e patrimonial.

Assim, como em todos os demais aspectos, a dominação carismática é também em seu fundamento econômico exatamente o contrário da dominação burocrática. Enquanto esta última depende de receitas constantes e, portanto, pelo menos *a priori*, da economia monetária e de contribuições em dinheiro, o carisma, apesar de viver dentro deste mundo, não vive dele. [...] quando sua missão é de natureza pacífica, recebe os recursos econômicos necessários de patrocinadores individuais ou na forma de doações honoríficas, contribuições e outras prestações voluntárias por parte daqueles aos quais se dirige [...] (WEBER, 2004b, p. 325)

As explicações dadas por Weber, apesar de apresentarem uma tipologia ideal, identificam-se perfeitamente com grande parte das organizações sociais atuais. Não há essa identificação com as chamadas Organizações de Mercado – as empresas que se caracterizam por sua estrutura burocrática e, em alguns casos, com uma forma de dominação patriarcal –, bem como com as organizações de governo que, no caso brasileiro, apresentam, além da característica burocrática, uma forte característica patrimonialista. Deve-se deixar claro que, ao falarmos das organizações de governo, referimo-nos às estruturas burocráticas que operacionalizam as ações governamentais e não de suas instituições, pois, se falarmos de governo como instituição política, a identificação é verificada. Assim, percebemos que as estruturas que apresentam grande potencial de transformação da sociedade encontram-se nas instituições políticas de governo e no chamado Terceiro Setor.

Podemos identificar nas fundações e institutos constituídos por empresas o conjunto das organizações sociais com menores potencialidades de gerarem essas transformações por

serem, normalmente, as que apresentam um grau maior de burocratização em virtude de sua origem. Ao analisarmos as demais formas de organizações sociais, verificamos que elas sofrem, a exemplo do que ocorre com as empresas, a influência do tamanho e o estágio em que se encontram no seu ciclo de vida. Assim, as grandes organizações e as organizações maduras tendem, também, a apresentar uma menor capacidade de provocar transformações na sociedade em função de um processo mais acentuado de burocratização.

Outro fator que influencia a capacidade de gerar transformações é o propósito da organização. As organizações cujo propósito é a redução do sofrimento, as organizações fundamentalmente assistencialistas, causam muito pouco impacto na sociedade porque sua atuação, normalmente, não busca a eliminação do problema social, e sim, a sua amenização. Já as organizações que trabalham com os outros grupos de propósitos apresentam um maior potencial de transformação.

Mas o que causa essa capacidade de transformação? A principal causa de transformação é justamente a capacidade de mobilização da organização social diretamente decorrente das características da dominação carismática que, pela missão que representa, mobiliza as pessoas e os segmentos da sociedade que poderão contribuir para a transformação desejada a aderirem à sua estrutura. Porém, a grande mudança é a que acontece no longo prazo, a que transforma realmente a sociedade em função da incorporação dos novos valores, a alteração da estrutura social, a alteração da cultura. Relembrando Mills (1965 p. 165):

Se quisermos compreender as transformações dinâmicas de uma estrutura social contemporânea, teremos de distinguir sua evolução a longo prazo, e em termos desta indagar: qual a mecânica da ocorrência dessas tendências, que transformam a estrutura da sociedade? É com essas indagações que nossa preocupação chega ao auge, relacionando-se este com a transição histórica de uma época para outra, e com o que podemos chamar de estrutura de uma época.

O momento que estamos vivendo é um momento de ebulição, por isso, somente a longo prazo poderemos distinguir as mudanças que se encontram em gestação e apenas quando todos estes acontecimentos se tornarem história é que se poderá entender de forma mais adequada o seu desenvolvimento. Quanto a nós, estamos vivendo a história.

CAPÍTULO II

AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é a sua tarefa e a sua promessa.

(MILLS, 1965 p. 12)

Ao refletirmos sobre a nossa hipótese verificamos que é necessário que primeiro encontremos respostas às seguintes perguntas: como se constituem as organizações sociais? Quais as motivações que levaram e levam à sua constituição? Quais as motivações de seus colaboradores voluntários? Quais as características das relações de seus participantes?

Tendo como base o pensamento de Max Weber (2004a p. 11), talvez pudéssemos resumir as questões acima com a pergunta: “Que motivos *determinaram e determinam* os funcionários e membros individuais dessa ‘comunidade’ a se comportarem de tal maneira que ela *chegou a existir e continuar existindo*?”. Esta questão representa, para Weber (2004a p. 11), o momento inicial e decisivo do “trabalho empírico-sociológico”.

Para responder essas questões faz-se necessário desenvolvermos um modelo de análise que, ao ser aplicado à realidade das organizações sociais, possibilite a obtenção dessas respostas.

Assim, neste capítulo investigaremos os preceitos de Weber sobre as formas de determinação da ação social aplicados à constituição das organizações sociais, ao trabalho voluntário, e a relação dessas formas de determinação da ação social com a solidariedade, para finalmente chegarmos ao modelo de análise que utilizaremos em nossa pesquisa empírica.

Os motivos da constituição das organizações sociais

A primeira grande questão a ser respondida é sobre quais motivações ou que motivos determinaram ou determinam a criação dessas organizações. Quais as razões individuais que levam determinadas pessoas a agir coletivamente de forma organizada, isto é, a se associarem para constituir uma organização cujo objetivo é a solução de problemas sociais.

Isso nos leva a examinar alguns conceitos sociológicos básicos e o primeiro deles é o conceito de ação social que, segundo Weber (2004a, p. 3), compreende uma motivação, uma percepção de relação:

Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano [...] sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso.

Desta forma, a ação social não é um acontecimento fortuito, um ato que acontece por acaso, e sim um acontecimento motivado que envolve a percepção do outro, o qual poderá ser envolvido na ação ou nas consequências dessa ação. A ação social pode ser motivada, ou:

[...] determinada: 1) *de modo racional referente a fins*: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições ou ‘meios’ para alcançar *fins* próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e *inerente* a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo*, especialmente *emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) *de modo tradicional*: por costume arraigado. (WEBER, 2004a, p. 15)

Uma vez que a ação social que nos interessa, de acordo com as questões que nos propomos a responder neste momento, é a que resulta na associação de seus agentes na realização de um objetivo comum, verificamos que estamos interessados em um tipo de comportamento denominado relação social que, conforme definido por Weber (2004a, p. 16),

é “[...] o comportamento reciprocamente *referido* quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência”.

Como neste momento estamos tratando das motivações para a constituição de uma organização social, é necessário que haja solidariedade entre os participantes dessa relação (solidariedade interna), que haja uma perspectiva de permanência e que a regularidade da relação não esteja garantida exclusivamente pela força do hábito ou costume, ou uma situação de interesse recíproco, mas, também, por *máximas* (mandamentos, regras, regulamentos). Nesse caso, o “conteúdo do sentido de uma relação social”, ou a orientação dos participantes dessa relação social, obedece a uma “ordem legítima”, conforme definido por Weber (2004a, p. 19). A legitimidade de uma ordem, de acordo com o autor (2004a, p. 20), pode estar garantida:

I. unicamente pela atitude interna, e neste caso:

1. de modo afetivo: por entrega sentimental;
2. de modo racional referente a valores: pela crença em sua vigência absoluta, sendo ela a expressão de valores supremos e obrigatórios (morais, estéticos, ou outros quaisquer);
- 3 de modo religioso: pela crença de que de sua observância depende a obtenção de bens de salvação;

II. também (ou somente) pelas expectativas de determinadas consequências externas, portanto: pela situação de interesses, mas: por expectativas de determinado *gênero*:

Uma ordem é denominada:

- a) *convenção*, quando sua vigência está garantida externamente pela probabilidade de que, dentro de determinado círculo de pessoas, um comportamento discordante tropeçará com a reprovação (relativamente) geral e praticamente sensível;
- b) *direito*, quando está garantida externamente pela probabilidade da *coação* (física ou psíquica) exercida por determinado quadro de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação.

E, finalmente, a vigência legítima de uma ordem pode ser atribuída pelos participantes da relação social:

- a) em virtude da *tradição*: vigência do que sempre assim foi;

- b) em virtude de uma crença *afetiva* (especialmente emocional): vigência do novo revelado ou do exemplar;
- c) em virtude de uma crença *racional* referente a valores: vigência do que se reconheceu como absolutamente válido;
- d) em virtude de um estatuto existente em cuja *legalidade* se acredita. (WEBER, 2004a, p. 22)

A legalidade descrita no item *d*, acima, pode ser proveniente do acordo entre os interessados ou imposição com base em uma dominação considerada legítima. Dessa forma, podemos iniciar a análise do conjunto das organizações sociais buscando identificar, com base nesse referencial teórico, as causas de sua constituição e manutenção.

Historicamente, as organizações sociais buscaram atender, principalmente, três grupos de necessidades: (1) os problemas de saúde física ou mental; (2) a assistência aos desvalidos; e (3) a educação que, no Brasil, se iniciou com os jesuítas através dos trabalhos de catequese. As organizações privadas constituídas com base no atendimento dessas necessidades apresentaram uma forte presença de instituições religiosas, principalmente da Igreja Católica, isso quando não foram por elas constituídas. No caso das organizações de saúde e organizações de assistência social, a sustentabilidade financeira era baseada na caridade. Da mesma forma, os trabalhos voluntários, quando existentes, eram desenvolvidos por pessoas caridosas. Assim, predominantemente, encontramos nessas organizações a ação social racional motivada por valores, nesses casos, valores religiosos e/ou fins religiosos (salvação). Também a legitimação da ordem é de modo racional referente a valores ou de caráter religioso, e da vigência da ordem é a racional referente a valores. A garantia externa da vigência da ordem encontra-se distribuída entre a convenção e o direito provenientes da coação psíquica em função das características hierocráticas dessa relação.

O universo das organizações sociais no Brasil passa, como já foi visto, por uma grande mudança na segunda metade da década de 50 do século findo, “com projetos de

associativismo, relativamente autônomos e acentuadamente políticos, em que um grande número de associações civis e sindicatos formalmente atrelados ao Estado terão um papel significativo” (MENDES, 2003, p. 6).

Essas organizações, embora possam apresentar como motivação da ação social uma forte religiosidade – racional referente a valores, apresentam, preponderantemente, motivações referentes à consecução de objetivos relacionados a direitos, conscientização política e transformação social – racional referente a fins (fins estes determinados não necessariamente por valores religiosos).

Devemos lembrar as diferenças de propósito entre uma organização de mercado com objetivo econômico (obtenção de lucro por meio da produção e/ou venda de bens e serviços) e uma organização do Terceiro Setor, com objetivos sociais e humanitários. Assim, nos dias atuais, podemos identificar três grandes grupos de propósitos que norteiam as organizações sociais: no primeiro, encontraremos as organizações tradicionais voltadas à redução do sofrimento (área de saúde e assistência social) e educação; no segundo, as novas organizações sociais, dedicadas à conquista e manutenção de direitos, à conscientização política e à transformação social; finalmente, no terceiro grupo, podemos localizar as mais novas organizações, resultado de uma nova consciência, as que tratam do meio ambiente. Para o primeiro grupo, a base da atuação da grande maioria das organizações é a caridade, a piedade, ação social racional referente a valores. Algumas dessas organizações, porém, apresentam como característica de sua constituição a ocorrência de determinada patologia em um dos familiares de seu fundador e este, ou seu grupo familiar, ou o grupo de pessoas que vivenciavam o mesmo tipo de situação, criam uma organização para a minimização do sofrimento dos entes queridos – base afetiva – e, em alguns casos, para conquistar o direito à assistência governamental para o seu tratamento – racional referente a fins. A motivação

básica da constituição dessas organizações é a afetiva, complementada, principalmente, por ações racionais referentes a fins.

O segundo grupo, que trata da conquista e manutenção de direitos, cidadania, mudança social, é representado por diversas organizações sociais que representam minorias, excluídos e problemas de gênero, sindicatos e partidos políticos, organizações de saúde que lutam pelo direito à assistência governamental para o tratamento de seus pacientes, as organizações étnicas, de gênero, minorias, etc. A ação social principal deste grupo de organizações é a racional com relação a fins, com uma forte base de valores, ou seja, a legitimação da ordem é de modo racional referente a valores, bem como a vigência da ordem, porém, a garantia externa da vigência da ordem, além de estar distribuída entre a convenção e o direito, se caracteriza por uma situação de interesse (referente a fins)

Podemos chegar à mesma conclusão para o grupo de propósitos que norteiam a atuação das organizações sociais que trabalham com o meio ambiente, que desenvolvem ações sociais racionais referentes a fins e referentes a valores.

Alguns autores defendem que certas cooperativas devam ser consideradas organizações sociais, uma vez que buscam resolver problemas sociais. Devemos deixar claro que discordamos dessa interpretação, pois, o fato de organizar pessoas em cooperativa é, a nosso ver, uma ferramenta ou estratégia para a resolução, ou redução, do problema social. Outras poderiam ser as formas escolhidas para a resolução do problema: conseguir colocação remunerada, dar uma formação profissional ou capacitar para outra atividade, ou, ainda, dar condições de sustentação financeira pela cessão de uma área de terra para o cultivo. A organização social que nos interessa nesse processo é a que viabilizou a solução do problema utilizando-se da ferramenta cooperativa.

Neste momento destacamos novamente o aspecto ao qual chamamos a atenção quando começamos a falar sobre a constituição de uma organização social – a presença da solidariedade (interna), que funciona como amálgama da identidade da organização social. A partir desse aspecto é importante que realizemos um paralelo entre as organizações sociais e os movimentos sociais, pois este é um aspecto importante dos movimentos sociais que é também pertinente às organizações sociais. Segundo Gohn (2000, p. 253), a solidariedade é uma das principais características dos movimentos sociais:

Internamente, o princípio da solidariedade é o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto.

Outro aspecto da conceituação de movimentos sociais importante para a nossa compreensão da natureza das organizações sociais é o elaborado por Castells (2006, p. 20) para quem, movimentos sociais: “são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade”. De acordo com este conceito, não importa como está constituído o movimento social, se exclusivamente por pessoas, se exclusivamente por organizações ou de forma mista, pessoas e organizações juntas movidas por um único propósito, ou seja, não apenas “o comportamento reciprocamente *referido* quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (WEBER, 2004a, p. 16), mas o mesmo conteúdo de sentido compartilhado por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência – a identidade de sentido. Para Touraine (1991), Gohn (2000), Castells (2006) e demais estudiosos dos movimentos sociais, a identidade é que vai determinar a existência de um movimento, é ela que pode unir pessoas e organizações em um movimento. Assim, quando se fala de movimentos dos trabalhadores, incluem-se nesse conceito os trabalhadores, sindicatos e outras instituições que se identifiquem e atuem em prol de seus

objetivos. As relações entre os participantes do movimento assumem, segundo Castells (2006), um novo formato, o da rede.

Ora, se olharmos as relações das organizações sociais quando participando de movimentos sociais (redes de ações sociais), obrigatoriamente essas relações terão de ser solidárias, em virtude da condição de participante desse movimento social, porém essa solidariedade externa à organização se limita aos participantes do movimento ou às organizações que com ele se identifiquem, não se estendendo às demais organizações que compõem a sociedade. Ou seja, a solidariedade externa é possível enquanto houver comunhão de interesses.

As motivações do trabalhador voluntário

Podemos identificar dois grandes grupos de pessoas atuando nas organizações sociais: as que fazem dessa atuação um meio de vida, ou seja, as que atuam profissionalmente mediante uma remuneração e as que desenvolvem suas atividades de forma voluntária, doando o seu tempo, conhecimento e trabalho. O primeiro grupo, embora possa se identificar com a causa ou propósito da organização social em que atua, tem como principal motivação a econômica e, dessa forma, sua ação é racional referente a fins. O segundo grupo, porém, pode apresentar diversos tipos de motivação. Vamos encontrar neste grupo como voluntários: pessoas que buscam a conquista de direitos ou as que indiretamente buscam a satisfação econômica, uma vez que um grande número de empresas valoriza e oferece oportunidades àqueles que têm uma atuação social (racional referente a fins); pessoas que buscam a salvação ou a indulgência e pessoas motivadas por valores éticos ou religiosos (racional referente a valores); pessoas motivadas por razões afetivas, buscando minimizar o sofrimento de filhos, pais, irmãos; e, eventualmente, podemos ainda encontrar pessoas movidas pela tradição.

A respeito do primeiro grupo, os que desenvolvem sua atividade profissional em organizações ou movimentos sociais, pode-se argumentar que nele existem pessoas que só desenvolveriam suas atividades profissionais em organizações sociais e, assim, poderíamos ter valores como principal fator motivacional. Porém, caso essas pessoas não tenham a garantia de sua subsistência por outros meios ou a opção de atuar de forma remunerada em uma organização social, elas terão que buscar uma atuação remunerada em uma empresa ou órgão de governo para atender suas necessidades econômicas. Só após atenderem essas necessidades, aí sim, poderão buscar o atendimento de suas motivações referentes a valores, dedicando parte ou o restante de seu tempo livre a atividades voluntárias.

Embora tenhamos utilizado o termo *voluntário* de forma ampla ou genérica, podemos encontrar nas organizações sociais voluntários atuando como militantes, ou seja, engajados em uma luta ou causa em que acreditam, buscando a transformação de algum aspecto da sociedade, ou o que encontramos, mais frequentemente, é uma atuação na forma de doação e não de luta: doação do tempo, conhecimento, trabalho e recursos por uma causa. Este último tipo de voluntariado será mais facilmente encontrado nas organizações tradicionais, aquelas que têm menor potencial de gerar rápidas transformações. Já o voluntário militante será mais facilmente encontrado nos novos grupos de organizações sociais, as com grande potencial de transformação.

O trabalho voluntário é regulamentado pela Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e só pode ser desenvolvido em organizações de governo e organizações sociais sem fins lucrativos.

Assim, podemos classificar os voluntários, inicialmente, em dois grandes grupos: o primeiro grupo é aquele constituído pelos voluntários militantes, com forte identidade com a organização e à causa que ela representa (missão) – ação social referente a fins com forte

solidariedade interna; o segundo grupo é aquele constituído pelos voluntários doadores de seu tempo. É neste grupo que poderemos encontrar a maior variedade de motivações: pessoas que buscam por meio do trabalho voluntário atender objetivos privados (racional referente a fins); pessoas que se identificam com a causa da organização e os valores que esta representa (racional referente a valores); pessoas que buscam amparar seus entes queridos (ação de modo afetivo); e, eventualmente, pessoas que iniciam suas atividades voluntárias em função da tradição que essa atividade representa na sua vida.

É importante observar que, exceto pelo grupo de pessoas que doam seu tempo como meio de atender objetivos privados - egoístas, a solidariedade interna (em função da identidade) está sempre presente em todos os demais grupos de voluntários.

Trabalho voluntário e solidariedade

Antes de iniciarmos a análise das relações existentes entre as motivações do trabalho voluntário e a solidariedade, consideramos importante desenvolvermos uma reflexão sobre o conceito de solidariedade.

Solidariedade é uma palavra que tem sido intensamente utilizada por toda sociedade nos últimos anos, porém sem uniformidade de significado. Vejamos algumas definições (adaptadas) de solidariedade dadas pelos entrevistados:

“Ajudar o próximo sem pensar em nós mesmos. Assim, com a benevolência de olhar para o próximo sem pensar em um benefício para a gente. Como princípio.”

“É quase como caridade... Quem não é solidário não faz caridade.”

“Solidariedade é se dar um pouco para as pessoas que precisam de você naquele momento. Independente do que for, você levar uma cesta básica, ou você levar um agasalho, um prato de alimento, um copo de café com leite, isso pra mim é solidariedade. É se doar.”

“É a gente dar um pouco e receber também. Não é que esteja obrigada a receber, é uma troca... Eu não acho voluntariado caridade, a gente faz porque gosta, porque gosta do semelhante.”

“Quando as pessoas estão precisando muito e chega em um lugar e as pessoas dão apoio.”

“Solidariedade é você fazer o bem, fazer algo para alguma pessoa tendo alguma coisa em troca. Não adianta falar que não recebe nada em troca, porque ele acaba recebendo.”

“Solidariedade é ver o outro. É saber que ele é o outro, mas é um paradoxo, pois ele é você também.”

“A solidariedade, pra mim, é você poder ajudar o próximo, a partir do momento em que você passa pela mesma situação.”

“Ajudar as pessoas e gostar. Não ajudar por pressão ou por obrigação, mas ajudar porque você realmente gosta de ajudar ...”

“É você fazer algo para alguém sem esperar nada.”

Na Bíblia (2009), em Eclesiástico 7, versículo 33, que trata da solidariedade e gratuidade – “Que sua generosidade se estenda a todos os seres vivos, e não negue sua atenção nem aos mortos”. – encontramos um conceito de solidariedade que nos leva a atribuir-lhe um caráter caritativo. A esse respeito, Signates (2010 p.1) nos esclarece que:

Na tradição cristã da religião, a vida solidária recebe o nome de fraternidade, ideia fundada pelos cristãos primitivos, sob a perspectiva de uma sociedade de irmãos, filhos do mesmo Deus, visto como Pai, conforme lhes ensinara Jesus. A sociedade de irmãos funda a igualdade na relação entre os seres desiguais, na medida em que os vincula a um propósito comum, assegurado pela crença no Deus único.

É no âmbito da sociologia que a expressão recebe o nome de solidariedade, para caracterizar os modelos descritivos e normativos de sociedades comunitárias, dentro das quais os bens são repartidos para o usufruto comum e as ações são coletivamente praticadas, em regime de cooperação mútua. [...]

Há diferença entre a solidariedade, tratada como conceito base para explicar e propor uma ordem social e, outra, definida como forma estereotipada e casual de auxílio a outras pessoas.

Vemos, assim, que a palavra Solidariedade como sinônimo de caridade, relacionada ao ato de ajudar, é um significado estereotipado. Almeida (2010 p. 68) é outro autor que comunga com essa interpretação: “Para o senso comum a solidariedade está fortemente ligada ao campo das emoções. Seria uma sensibilidade para com os menos favorecidos que leva a uma atitude de caridade. A fragilidade desta concepção está em sua unilateralidade”. Almeida lembra que o conceito atual de solidariedade para a Igreja Católica é a encontrada na encíclica “Sollicitudo rei socialis”, de João Paulo II (2010 p. 38), em que solidariedade é “a *determinação firme e perseverante* de se empenhar pelo *bem comum*; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque *todos* nós somos verdadeiramente responsáveis *por todos*”, assim, solidariedade diz respeito à responsabilidade mútua ou, como já definimos anteriormente, à identidade de sentido: o mesmo conteúdo de sentido compartilhado por uma pluralidade de agentes e que orientam suas ações por essa referência.

Como já vimos, as pessoas individualmente podem ser solidárias com um determinado grupo em razão de se identificar com os demais componentes como iguais – crenças e sentimentos comuns ou demonstrarem interesses semelhantes. Da mesma forma podemos dizer que, em relação a um determinado grupo social, pode-se identificar a existência de: solidariedade interna – a solidariedade expressa entre os componentes do grupo em função da

identidade de sentido; e solidariedade externa – a solidariedade expressa pelo grupo em relação a outros grupos com os quais haja identidade de propósitos (rede). Dessa forma, quando houver conflito de interesses entre grupos sociais ou entre um grupo social e a sociedade, não verificamos a presença da chamada solidariedade externa, pois, nesse caso, há um embate entre o grupo e a sociedade que só poderá ser resolvido pelo enfrentamento ou pela negociação. “Numa relação política, [...], a solidariedade pode transformar-se numa colisão de interesses” (WEBER, 2004a, p. 17). Esse componente político é o encontrado principalmente nos novos modelos de organizações sociais e nos movimentos sociais. O conflito de interesses age como inibidor da solidariedade, neste caso específico, da solidariedade externa.

Da mesma forma podemos concluir que em uma situação de interesse individual que não é compartilhada pelos demais participantes da organização, ou ainda quando o indivíduo busca a participação em uma organização buscando atender interesses egoístas, não havendo então identidade com a organização, teremos da mesma forma um conflito de interesses que não permitiria a existência de solidariedade, pelo menos enquanto esse conflito persistisse.

A pessoa que agisse dessa maneira estaria, na verdade, fazendo da organização social uma ferramenta, um meio para o atendimento de seus propósitos. Imaginemos, como exemplo, o voluntário que inicia as suas atividades em uma organização social em função da sua percepção do valor atribuído pela empresa, sua empregadora, às pessoas que desenvolvem esse tipo de atividades. Claramente encontramos aqui uma situação de interesse – ação social referente a fins, e a clara utilização da organização como meio para o atingimento desses fins.

Dessa forma, podemos, por meio da análise das motivações individuais, identificar se a ação voluntária é determinada por uma situação de interesse ou se é uma ação solidária. Devemos ainda lembrar que, conforme explicado por Weber (2004a), as motivações

identificadas são tipos ideais e, como tipos ideais, não são encontrados de forma exclusiva seja nas organizações sociais, seja nas pessoas que atuam profissionalmente nessas organizações, seja nas pessoas que atuam como voluntárias. Quando se aponta que a motivação de um determinado grupo ou indivíduo é referente a fins, não se está dizendo que apenas e unicamente esse tipo de motivação está atuando; o que estamos dizendo é que essa é a motivação preponderante, é a mais percebida, a que mais se manifesta – sentido que está sendo compartilhado. Assim, não estamos de forma alguma negando a presença de outras fontes de motivação que, inclusive, em um mesmo grupo variará em gênero e grau, de indivíduo para indivíduo. Da mesma forma, as motivações podem se alterar com o decorrer do tempo. Assim, a motivação que determinava o comportamento da pessoa, quando ingressou na organização, pode ter perdido sua força e outra motivação é a determinante no momento atual, ou seja, uma ação que inicialmente representava um interesse egoísta pode atualmente se caracterizar como uma ação solidária, e vice-versa.

CAPÍTULO III

O TRABALHO VOLUNTÁRIO EM TRÊS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O que é que sai quando você abre a caixa do social?[...] A coragem para ver, olhar. [...] Eu acho que é uma caixa de Pandora nesse sentido. Você abriu, viu, você nunca mais consegue retroceder, trazer de volta.... O mundo é dividido em pessoas que aceitam ver, aceitam rever os seus pontos de vista... aquilo que a gente aceitava com certa tranquilidade a gente passa a não aceitar... Ter a coragem de pagar o preço de olhar aquilo que não conhecia - a realidade.

Dna. XINHA¹

Conforme comentado na introdução deste trabalho, a pesquisa de campo que desenvolvemos tem como objetivo verificar a validade das categorias propostas no referencial teórico para a análise das motivações das pessoas que atuam como voluntários em organizações sociais. Para o desenvolvimento da pesquisa empírica, contamos com a colaboração de três organizações sociais: o Grupo de Orientação e Assistência à Saúde - GOAS; o Projeto Esperança de São Miguel Paulista - PROJESP; e a Liga Solidária (Liga das Senhoras Católicas de São Paulo).

Antes de iniciarmos a análise das entrevistas realizadas com dirigentes, funcionários e voluntários dessas três organizações, é conveniente conhecermos um pouco melhor essas organizações: sua história, seus objetivos e as formas adotadas para a realização desses objetivos.

¹ Maria Luiza D'Orey Espirito Santo – Presidente da Liga Solidária.

As organizações sociais

As organizações foram contatadas por telefone com o objetivo de agendar um contato pessoal com um de seus dirigentes. Quando do encontro pessoal, foi explicado o motivo do contato – desenvolvimento da tese de doutorado, seus objetivos e a metodologia de pesquisa adotada. Foi também entregue uma carta pedindo a autorização para a realização da pesquisa junto à organização e seus colaboradores (Apêndice A) e foi solicitado que, com a concordância em participar e colaborar com a pesquisa, essa autorização fosse formalizada, por carta, de acordo com o modelo por nós fornecido (Apêndice B), firmada em papel timbrado da organização.

GOAS

O Grupo de Orientação e Assistência à Saúde está localizado no Parque Imperial, divisa entre os municípios de Osasco e Barueri, à Rua Sebastião Thiago Guilherme, número 72. O endereço de seu *site* na internet é: www.goas.org.br.

Em 1998, seus fundadores, Everson Konig Paes e Oliver Mariano, iniciam as atividades do Goas como casa de apoio, conscientização, orientação e assistência à saúde destinada aos portadores de HIV/AIDS (Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome) e dependentes químicos. A esses objetivos iniciais foram acrescentados os de: prevenção e educação, assistência domiciliar às famílias dos assistidos, cultura e lazer às crianças da comunidade, educação ambiental e assistência à comunidade do entorno. No ano de 2005 passa a funcionar em um espaço próprio, construído em terreno doado, no ano 2000, pela Prefeitura de Osasco.

Suas instalações comportam hoje o atendimento a 54 pessoas abrigadas, sendo 42 na ala masculina e 12 na ala feminina. Sua capacidade está hoje totalmente tomada. Além das instalações do abrigo utilizadas para o período de tratamento, o Goas mantém ainda duas casas de ressocialização, cada uma com capacidade para quatro pessoas. Quatro assistidos se encontram hoje nessa condição.

Para garantir o desenvolvimento de suas atividades, a organização mantém convênios com: a Prefeitura de Osasco; com o Governo do Estado de São Paulo (Programa Viva Leite, com distribuição de 70 litros por dia); com empresas da região, sendo uma delas parceria com uma grande indústria, distribuindo dessa forma 400 sopas por dia aos moradores da comunidade; doações particulares; e bazar permanente.

Além das atividades tradicionais de assistência e ressocialização, o GOAS desenvolve junto à comunidade programas de conscientização e educação ambiental, como, por exemplo: o programa de reciclagem com a comunidade (50 cestas básicas por mês em troca de produtos recicláveis); e o bazar para a comunidade em que a moeda de troca utilizada é a entrega de produtos recicláveis.

O programa de reciclagem recebe, também, doações de empresas e as atividades necessárias à sua operação: retirada; recebimento; seleção; acondicionamento etc., são realizadas pelos assistidos, atendendo dessa forma parte de suas necessidades de terapia ocupacional.

O Goas não tem funcionários. Todos os trabalhos são desenvolvidos por voluntários, estagiários voluntários ou pelos próprios assistidos. A única exceção é a psicóloga, que é mantida por convênio realizado com a Prefeitura de Osasco.

O Goas tem por missão: “Proporcionar a recuperação e reinserção social dos portadores de HIV/Aids/Dependentes químicos, disseminar o conhecimento em prevenção de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e Aids e promover ações sociais de interesse da comunidade da região oeste da Grande São Paulo”.

PROJESP

O Projeto Esperança de São Miguel Paulista foi fundado em 1988 por uma missionária irlandesa, Gabriela O’Connor, e pelo Bispo Auxiliar D. Angélico Sândalo Bernardino, tendo sido a primeira organização a atender pessoas portadoras de HIV na região. Atualmente conta com dois núcleos: um em São Miguel Paulista, localizado à Travessa Guilherme de Aguiar, número 41; e um em Guaianases, localizado à Rua Comandante Carlos Ruhf, número 75. Seu endereço eletrônico é: www.projespsm.org.br.

O núcleo de São Miguel Paulista funciona em instalações cedidas pela Diocese local e desenvolve atendimento fisioterapêutico, pedagógico, psicológico, social, de terapia comunitária, além de arte e lazer, oficinas, acesso a *internet* e uma horta comunitária. Nesse local também funciona um bazar beneficente.

O núcleo Guaianases funciona em instalações cedidas pela Congregação Filhas da Cruz (Mitra Diocesana de São Miguel Paulista) e, além do bazar beneficente, lanchonete e oficina de costura, desenvolve atendimento psicológico e de terapia comunitária, bem como eventos para a comunidade em um espaço interno e em espaço externo.

Em 2009, o Projesp atendeu 132 famílias, mais de 100 crianças em diversos programas, 16 pessoas vivendo com HIV/AIDS, 256 atendimentos de fonoaudiologia, 315 atendimentos de

fisioterapia, além de outras inúmeras atividades. Esse trabalho foi realizado por 10 funcionários, 40 prestadores de serviços, 6 estagiários e 8 voluntários.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a organização conta com o apoio do Ministério da Saúde, da Igreja Católica como também da Agência Católica para o Desenvolvimento – CAFOD (Catholic Overseas Development Agency), sediada em Londres, e parcerias com universidades e órgãos públicos.

A missão do Projesp é: “Desenvolver ações de promoção humana, educativa e preventiva junto às pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS e outras DST’s na Região Leste da cidade de São Paulo”.

LIGA SOLIDÁRIA

A Liga Solidária (Liga das Senhoras Católicas de São Paulo) é uma das mais antigas organizações sociais, atuando em São Paulo, tendo sido criada, há 87 anos, por um grupo de senhoras católicas e o primeiro arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo da Silva.

Sua obra social está baseada na educação e no fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Desenvolve suas atividades sociais em oito Centros de Educação Infantil – CEI’s, cinco abrigos e oito programas socioeducativos. Suas atividades se estendem, ainda, em seis unidades provedoras. A maior parte de suas atividades sociais, 92% (noventa e dois por cento), é desenvolvida no Complexo Educacional Dom Duarte (EDD) localizado no Jardim Educandário, distrito Raposo Tavares, Zona Oeste de São Paulo. Sua sede está localizada à Rua Capote Valente, número 1332, e o seu endereço eletrônico é: www.ligasolidaria.org.br.

O público atendido diretamente pelos programas sociais desenvolvidos pela Liga Solidária é de 3.400 pessoas por dia e, indiretamente, 13.600 pessoas. Para a realização dessas atividades, a Liga Solidária conta hoje com mais de 900 funcionários e cerca de 200 voluntários.

Os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades têm como origem: 46% de convênios governamentais; 21% das provedoras; 13% do fundo da Liga; 7% de aluguéis; 7% de donativos e contribuições; e, o restante, da realização de eventos ou outros convênios.

As unidades provedoras são constituídas pelos Colégios Santa Amália, Saúde e Tatuapé, Recanto Monte Alegre, Lar Sant'Ana, Plaza 50 e Flat Residência. A missão da Liga Solidária é: “Contribuir com ações socioeducativas para conscientizar crianças, jovens e adultos de sua dignidade e de seu potencial transformador”.

As entrevistas

A pesquisa empírica se iniciou no mês de julho de 2009, e as entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e de setembro desse mesmo ano. Foram realizadas 17 entrevistas, sendo que 5 dos entrevistados desenvolvem suas atividades de forma remunerada e 12 de forma voluntária e, dentre esses, 4 são funcionários diretos da organização e 1 é remunerado por de convênio. Dos 12 voluntários entrevistados, 6 ocupam cargo de direção ou de gestão na organização.

Alguns dos entrevistados foram escolhidos em função da posição que ocupam na organização. Os demais participantes do processo foram indicados pelas próprias organizações. A cada um dos entrevistados foi solicitada sua autorização por escrito para o registro, gravação e utilização dos dados (Apêndice C).

Foram elaborados dois roteiros para as entrevistas: um roteiro destinado às entrevistas com os dirigentes; e um roteiro destinado às entrevistas com os funcionários e voluntários.

O roteiro de entrevista dos dirigentes é composto de três partes: a primeira sobre os dados pessoais do entrevistado; a segunda sobre o perfil do entrevistado, relativo ao objeto da pesquisa; e a terceira sobre alguns dados da organização. O roteiro de entrevista dos voluntários e funcionários reproduz a primeira e a segunda parte do roteiro de entrevista dos dirigentes. Em função das atividades desenvolvidas por um funcionário de uma das organizações adotamos para entrevistá-lo, excepcionalmente, o mesmo roteiro elaborado para as entrevistas com os dirigentes.

Para facilitar a visualização dos dados pessoais de todos os entrevistados e o tempo de atuação como voluntário – dados objetivos, elaboramos duas tabelas. Na primeira, constam os dados pessoais dos entrevistados (Tabela 3), que correspondem aos dados constantes do primeiro bloco de questões dos roteiros de entrevistas.

Tabela 3 – Dados dos entrevistados

Nome*	Idade	Credo Religioso	Tempo na Organização	Função	Vínculo	Escolaridade
Maria	71	Católica P	1,5 anos	Resp. Bazar	Voluntária	5ª S – 1º G
Marta	27	Católica NP	4 anos	Coordenadora	Funcionária	Superior
Luíza	35	Católica NP	5 anos	Diretora	Voluntária	5ª S 1º G
Carla	42	Católica P	7 anos	Merendeira	Voluntária	Escreve o nome
José	49	Católica NP	10 anos	Diretor	Funcionário	Superior
Mauro	32	Espírita	13 anos	Coordenador	Funcionário	Pós-Graduado
Sueli	21	Espírita	0,2 anos	Estagiária	Voluntária	Superior Incompleto
Paula	81	Católica P	12 anos	Diretora	Voluntária	Superior
Ana	85	Católica NP	35 anos	Coral	Voluntária	2º Grau
Clara	75	Católica P	14 anos	Diretora	Voluntária	2º Grau
Alba	33	Evangélica	1 mês	Diretora	Voluntária	2º Grau
Célia	24	Católica NP	1 ano	Berçarista	Voluntária	Superior Incompleto
Luiz	55	Católico NP	12 anos	Coordenador	Voluntário	Superior
Camila	43	Católica P	11 anos	Diretora	Voluntária	Superior
Bruna	34	Espírita	2,5 anos	Psicóloga	Pret. Serviço	Superior
Lauro	56	Católico NP	4 anos	Superintendente	Funcionários	Pós-Graduado
Andrea	72	Católica P	4 anos	Bibliotecária	Voluntária	5ª S 1º G

* Nome fictício.

Optamos por adotar nomes fictícios para os entrevistados preservando, dessa forma, suas identidades, apesar de termos suas autorizações para citá-los. Os demais dados pessoais dos entrevistados, constantes da Tabela 3, são: idade, credo religioso, tempo de atuação na organização, a função que desempenha na organização, o tipo de vínculo (se funcionário ou voluntário) e o grau de escolaridade.

Na segunda tabela (Tabela 4), constam as atividades profissionais desenvolvidas pelos entrevistados voluntários e o tempo total de atuação como voluntário, independentemente do tempo de atuação voluntária na organização atual.

Tabela 4 – Tempo de Voluntariado

Nome	Atividade Profissional	Tempo de Voluntariado
Maria	Não desenvolve	38 anos
Luíza	Não desenvolve	14 anos*
Carla	Não desenvolve	7 anos
Sueli	Escritório	0,2 meses
Paula	Não desenvolve	42 anos
Ana	Não desenvolve	35 anos
Clara	Não desenvolve	14 anos
Alba	Comerciante – Não exerce	1 mês
Célia	Recepcionista	1 ano
Luiz	Contador – Não exerce	37 anos
Camila	Administradora – Não exerce	Sempre**
Andrea	Escritório e costura – Não exerce	4 anos

* Trabalho voluntário e/ou comunitário.

**A atividade voluntária fez parte de seu processo educacional, sem determinação de uma data específica para seu início.

Não constam dessa tabela os entrevistados que são funcionários das organizações pesquisadas, embora alguns deles desenvolvam atividades voluntárias em outras organizações ou já tenham tido experiência anterior como voluntário. É importante destacar que, para alguns dos entrevistados esse tempo de voluntariado se confunde, ou se completa, com o tempo em que desenvolveram atividades assistencial, pastoral ou religiosa a grupos específicos ou a comunidades.

Os voluntários entrevistados que não desenvolvem atualmente atividade profissional remunerada têm seu sustento garantido por pensão, aposentadoria ou condição familiar que lhes permitem dedicação integral à atividade voluntária.

É importante destacar que a motivação que provocou o início da atividade voluntária não necessariamente será aquela que garante hoje a continuidade dessa atividade. Por essa razão, nossa investigação buscou identificar tanto o conteúdo de sentido que prevaleceu inicialmente sobre os entrevistados, como a que prevalece atualmente. Essas motivações foram identificadas pelas respostas às questões constantes da Parte B do roteiro de entrevistas, muito embora respostas relativas à Parte A tenham, em muitos casos, contribuído decisivamente à compreensão dessas motivações, assim como os elementos não verbais observados durante a entrevista.

Uma vez que todos os funcionários entrevistados desenvolvem ou desenvolveram atividades voluntárias, e durante a entrevista esclareceram suas motivações para o desenvolvimento dessas atividades, consideramos importante considerá-los em nossa pesquisa.

Assim, desenvolveremos a análise para a identificação do sentido de conteúdo dos voluntários, independentemente da atividade na organização, seguida da análise relativa aos funcionários.

Os voluntários

Maria

Embora só esteja atuando nessa organização nos últimos dezoito meses, já a conhecia há pelo menos vinte e dois anos. Com 71 anos de idade, nunca teve qualquer atividade profissional, mas desenvolve atividades sociais ligadas à Igreja Católica há trinta e oito anos, tendo iniciado

essas atividades à época da construção da igreja em sua paróquia. Atuou como ministra da eucaristia por vinte anos e como voluntária na Pastoral da Criança por nove anos e meio. Atualmente trabalha como voluntária gerenciando o bazar de uma das organizações participantes da pesquisa. Essa organização está ligada à Igreja Católica.

Começou o atual trabalho no bazar porque foi convidada pelo padre. Como já tinha experiência anterior, por ter também trabalhado no bazar na Pastoral da Criança, foi convidada e aceitou. Afirma que não é por causa da Igreja, embora o faça porque gosta da Igreja e, se a Igreja pedir... (modo racional referente a valores).

Sente necessidade de contato com pessoas, de ocupar o tempo. Além disso, o médico mandou que desenvolvesse alguma atividade (modo racional referente a fins).

Os valores religiosos sempre estiveram presentes nas ações desenvolvidas pela entrevistada. Desde o início de suas atividades como voluntária, trabalhando para a construção da igreja em sua paróquia, as bases eram os valores religiosos, embora houvesse um objetivo concreto – construir a igreja.

Mesclada aos valores religiosos, encontramos complementarmente a busca do atendimento de necessidades afetivas – companhia, contato com pessoas e a realização de objetivos – construir a igreja e ter o seu local de adoração, ocupar o tempo, preservar a saúde etc.

Luíza

Há 14 anos desenvolve atividades na comunidade, sendo que, nos últimos cinco anos, como voluntária ligada à organização pesquisada. Desenvolve suas atividades no escritório da organização, no bazar e em atividades pontuais em épocas comemorativas.

Viveu grande parte de sua vida na comunidade em que hoje atua. A ajuda mútua e a convivência intensa com os problemas desse grupo social fazem parte do seu dia a dia desde a infância. A consciência de ter de agir coletivamente, junto com a comunidade, é uma questão de sobrevivência para o grupo. “Quando você fala com um voluntário, ele diz que é voluntário de tal instituição e tira um dia para você ser voluntário, eu sou voluntária todos os dias, entendeu?”

As ações determinadas de modo racional referente a valores são as que predominam nessas situações, porém o conteúdo de sentido referente a fins também está presente em suas ações. “Eu sempre fui assim, de auxiliar a pessoa que naquela hora está necessitada. Pra mim não importa se foi um ladrão, se ele matou roubou, não interessa. Eu sei que eu vou ajudar ele naquele momento que ele está precisando”.

Carla

Desenvolve trabalho voluntário há sete anos. Iniciou o trabalho voluntário porque estava em um processo depressivo, precisava fazer alguma coisa. No início, participou como assistida. No primeiro ano, não conversava com ninguém, mas gradativamente foi se soltando e ajudando em pequenas atividades como retribuição, até que passou à condição de voluntária. “Trabalhar aqui mudou muita coisa. Em casa eu chorava. Eu tinha medo de sair na rua. Não dava atenção às meninas. Depois que eu vim para aqui melhorou”.

Continua porque gosta, distrai, passa o dia. Em casa não tem o que fazer. Na atividade voluntária todos são amigos. Aqui se sente bem. Considera que, na realidade, é ela quem está sendo ajudada ao realizar essa atividade.

Este é um aspecto interessante,. A Carla se posiciona sempre como beneficiária de sua atividade, inclusive quando define caridade e solidariedade: “É quando a gente precisa muito das pessoas e as pessoas ajudam”; “Quando as pessoas estão precisando muito e chegam em um lugar e as pessoas dão apoio”.

Carência afetiva, valores e fins são os condicionantes de suas atividades voluntárias. Inicialmente de modo afetivo – “Trata-se de *sublimação* quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga *consciente* do estado emocional [...]” (WERBER, 2004a, p. 15 – destaques no original). Quase ao mesmo tempo, em retribuição ao atendimento recebido – valores, e atualmente, também atendendo às finalidades de se ocupar, distrair. “Continuo porque gosto. Distraí, passa o dia. Em casa não tenho o que fazer”.

Sueli

Está na organização como estagiária voluntária e, embora não possa computar esse período como estágio, pois ainda se encontra no início do curso, receberá um certificado que vale como atividade complementar para a faculdade. Declara que sua motivação é a possibilidade de adquirir experiência, tanto de vida como profissional. No passado havia realizado apenas atividades pontuais, de doações de bens ou pecuniária.

Considera a atividade voluntária altamente gratificante e sente falta da atividade nos dias em que não a realiza. A atividade voluntária mudou sua concepção de muitas coisas, a natureza do vício, a consciência ecológica. Gostaria de realizar outro trabalho voluntário, não agora, porque não tem tempo, mas no futuro, em outra organização. “Uma coisa que eu me perguntava era: como uma pessoa vai fazer um trabalho sem receber, teoricamente, nenhum dinheiro? Agora, refletindo, o que você recebe de experiência é muito bom. Por que eu faria outro trabalho

voluntário? Ao pensar no outro estaria também pensando em você, porque você acaba recebendo muito mais ao ajudar”.

O trabalho voluntário “é pensar no outro e também em você, porque você acaba recebendo muito mais ajudando”. O modo racional referente a fins está claramente identificado como o determinante do início da atividade voluntária da Sueli, modo que ainda hoje prevalece. Percebe-se, ainda, que o modo racional referente a valores também contribuiu para sua decisão de iniciar-se e manter-se como voluntária.

Paula

Dos quarenta e dois anos de voluntariado, tem dedicado os últimos doze anos à atual organização. Começou o voluntariado quando os filhos foram para o colégio, pois o marido não permitia que trabalhasse. Como tinha tempo de folga, podia ajudar as outras pessoas (modo racional referente a valores). Iniciou com o apostolado, na Igreja. Atuou por dezesseis anos em encontros de casais.

Ajudou a fundar uma instituição no Campo Limpo – Movimento de Promoção Humana Arrastão – e depois um centro comunitário no mesmo bairro com 500 voluntárias e 132 Clubes de Mães. Atuou no Arrastão por mais de trinta anos. Fez um curso sobre o trabalho voluntário, juntamente com outras amigas e montaram um curso com 12 aulas sobre voluntariado, que foi ministrado por muitos anos no Arrastão. Foi convidada para ingressar na atual organização para cuidar da área de voluntariado e desenvolver esse treinamento para os voluntários. O curso propunha uma parada para pensar sobre você e o voluntariado. “Você vai trabalhar como voluntário, mas quem é você? Você está preparada para isso? Você se conhece bastante? Você

sabe de você? Não é apenas ser uma mãe. É ser uma mãe com condições de ajudar o crescimento do outro.”

Declara que a religião foi básica para o início desse trabalho, mas também foi influenciada por uma frase do Kennedy: “Se você não faz parte do problema, faz parte da solução”.

A Paula, assim como outras voluntárias entrevistadas, viveu uma época em que o trabalho feminino fora do lar era inibido. As atividades filantrópicas ou da Igreja eram as formas de suprir essa necessidade de realização e socialização da mulher. Com base nesse entendimento, o modo racional referente a fins pode ser considerado o principal motivador ou o principal coadjuvante.

Ana

A Ana iniciou a sua atividade como voluntária após o falecimento de seu marido. Como seus filhos já estavam criados e desejava desenvolver contatos com outras pessoas, buscou essa atividade. Declara que a atividade, além de possibilitar essa convivência com outras pessoas, tem-lhe proporcionado aprendizado.

Considera a atividade uma troca, pois da mesma forma que ela dá alguma coisa, também recebe. “Eu não acho voluntariado caridade, a gente faz porque gosta, porque gosta do semelhante” – um dever. O conteúdo de sentido relativo a valores, além do modo racional referente a fins são os relevantes na ação da Ana. “Como já criei os meus filhos, vou fazer alguma coisa. Porque é gostoso você se dar um pouquinho. Você aprende muita coisa”.

Clara

Iniciou sua atividade voluntária quando ficou viúva, voltou para São Paulo e, ao conhecer a realidade social da cidade, resolveu que tinha que fazer algo. Considera que, no seu caso, o trabalho voluntário a fez “trazer a juventude para a velhice [...] no sentido dessa capacidade de estar sempre aberta, e de ter a coragem de pagar o preço de olhar aquilo que não está certo”. Fica bem evidente a determinação do modo racional referente a valores para o início de sua atividade voluntária.

Considera que ter tido a coragem de abrir os olhos para os problemas sociais que a cercavam foi o fato decisivo para o início de sua ação e, em função do momento em que isso aconteceu em sua vida, pode dedicar-se mais intensamente a essa atividade. Porém, nem sempre essa abertura para perceber esses problemas sociais acontece com as pessoas, o que as impede de também agir. “Na minha idade, que é quando a gente pode ser voluntária, por que a gente já trabalhou, já criou os filhos, já tudo, a gente tem quase que uma blindagem entorno que nos impede de ver essas realidades e, portanto, a gente fica tranquila. Quem pode jogando, sabe? Se divertindo”.

Ou seja, no momento em que as pessoas ficam livres de seus compromissos naturais e que poderiam dedicar-se a trabalhar em prol da melhoria da nossa sociedade, muitas vezes não o fazem por terem desenvolvido um distanciamento, um alheamento dessa realidade. “Eu acho que o mundo é dividido em pessoas que aceitam ver, aceitam rever os seus pontos de vista. [...] Aquilo que a gente aceitava com certa tranquilidade. A gente passa a não aceitar. É muito incômodo por um lado e muito cômodo por outro. Aonde está o incômodo? O incômodo está em que você passa a ter uma exigência interna de fazer algo. Aonde está o cômodo? É que quando

“você põe a cabeça no travesseiro, está um frio danado e você pensa nas pessoas que estão morando na rua, você pensa: eu fiz o que eu pude. Então você consegue dormir. Então têm esses dois lados tão intensos.”

Sobre a continuidade dos trabalhos nos esclarece que: “A gente percebeu que todos esses trabalhos que nós fazemos, pontuais: abrigo, creche, terceira idade, eles resolvem o problema daquelas pessoas que frequentam – as famílias. A gente acha que isso é pouco, muito pouco. Não tem impacto quase nenhum na comunidade. Na comunidade em geral. Não muda nada a favela, não muda nada o tráfico. Melhora. Tem várias coisas muito interessantes. Mas na verdade, impacto na comunidade – olha, isso era assim ontem e agora está, não tem. Então, eu comecei a me preocupar com a comunidade em geral. Como se poderia desenvolver a comunidade. Então, esse é o processo que nós começamos há um ano atrás. Em reuniões com a comunidade. O que a gente precisa para empoderar a comunidade. É assim que a gente consegue mudar essa situação. Empoderando no sentido de seus direitos, do aumento das competências, de consciência. Então é isso que nos estamos agora fazendo e, para isso é que eu vou ficar até eu morrer, se Deus quiser.”

Alba

Embora só esteja há um mês na organização, já havia desenvolvido atividades pontuais em eventos e festas. Teve problemas de dependência, no passado, e até por essa razão percebe-se uma identificação com a organização e curiosidade das razões das outras pessoas – “Ajudar para se conhecer melhor”.

No seu início como voluntária, além do modo afetivo – por estado emocional atual, encontramos o modo racional referente a valores e o modo racional referente a fins como conteúdo de sentido de suas ações: “Você escuta a história de vida de cada um, você fala: gente,

eu não tenho problema algum. [...] Ao ver a catástrofe de um pai perder três filhos em um desmoronamento e saber que seus filhos estão seguros em casa, é gratificante poder fazer algo por essas pessoas.”

Célia

Voluntária há mais de um ano. Iniciou esse trabalho como atividade complementar para a faculdade. Esse foi o motivo para iniciar. A faculdade também oferece um desconto para quem desenvolve trabalho voluntário (racional referente a fins).

Está fazendo porque é algo que gosta: cuidar de crianças. Só faria com essa condição. Gostaria de continuar a desenvolver o trabalho voluntário porque, principalmente, se apegou muito às crianças que cuida. Como a Célia tem um filho pequeno que, em razão da necessidade de estudar e trabalhar, é criado pelos seus pais que residem fora de São Paulo, o que a obriga a se privar de sua convivência, o modo afetivo aparece fortemente, principalmente com o aumento da convivência com as crianças que ela atende. Nunca imaginou que iria gostar tanto de exercer uma atividade voluntária. “O dia de trabalho voluntário é como uma visita à família. Nem parece que é um trabalho. Gosto de saber que estou ajudando, e as pessoas do abrigo também gostam de mim.”

A determinação de modo racional referente a fins foi a que levou a Célia a buscar uma atividade voluntária e, embora o modo afetivo e o modo racional referente a valores ocupe cada vez mais esse espaço, o modo racional referente a fins é o que ainda prevalece.

Luiz

Iniciou as atividades sociais aos 18 anos na Igreja Católica com grupo do Encontro de Jovens em Cristo – EJC (modo racional referente a valores) e depois em encontro de casais. Fundou a organização junto com um amigo dependente químico e portador de HIV e hepatite, com o qual assumiu o compromisso de continuar os trabalhos da organização quando o amigo viesse a falecer, o que de fato veio a ocorrer (de modo afetivo e racional referente a valores).

Identifica-se com o trabalho realizado – “a maior motivação é você levantar cedo e saber que vai trabalhar num lugar que você gosta” – e continuar a obra iniciada com esse amigo. “O social está nas nossas vistas e a maioria das pessoas não querem enxergar. Fazem que não estão enxergando. Eu acho que as pessoas precisam de uma oportunidade.”

Camila

“Eu fui criada em uma casa onde o exercício da cidadania fazia parte da vida da gente.” Sempre realizou atividades voluntárias. Foi Bandeirante e agradece a Deus a graça de poder se dedicar totalmente à atividade voluntária. Ter condições financeiras de poder se dedicar a essa atividade. Hoje trabalha na organização oito horas por dia, quatro dias por semana. “Voluntariado, trabalho cívico, cidadania é obrigação, faz parte da vida desde sempre. É uma honra fazer o bem, ajudar os outros, faz parte da vida da gente, independente da condição de credo, o que for” (modo racional referente a valores). [...] “eu sou voluntária profissional. Essa é a minha vida. Graças a Deus eu tive o dom de poder olhar e enxergar a necessidade do outro. Isso para mim faz parte de minha vida”.

O que a motiva? “É um trabalho de troca. Da mesma forma em que eu estou podendo doar o meu tempo, o que eu sei fazer, que é gestão, eu estou recebendo de volta muitos *inputs* que eu jamais imaginei receber. Tenho certeza absoluta que a gente só faz um trabalho desses quando a gente tem a carência igual à daqueles para quem a gente está trabalhando... Quando eu comecei, aquilo era uma prática natural de minha casa”.

É patente o modo racional referente a valores como o determinante de sua atuação social, tendo como coadjuvante o modo racional referente a fins. Isso fica mais claro com sua declaração de que sua grande realização seria “que todas essas crianças tivessem a mesmas possibilidades que os meus filhos”.

Andrea

Atua na organização desde 2006. Ao passar em frente à sede da organização, vieram-lhe à mente lembranças ligadas à organização e a sua vida, o que a motivou a procurar a organização para desenvolver um trabalho voluntário. Encontrou satisfação por poder estar desenvolvendo algumas atividades e fazendo amizades. O modo afetivo – estado emocional, juntamente com os modos racional referente a fins e a valores são os que determinam a ação da Andrea.

“Eu queria ver um mundo melhor. Eu sempre quis a igualdade. Quando eu tinha empregada, tive uma vez um problema no prédio porque não deixaram ela subir no elevador social. Aí eu falei para o porteiro que ela não era minha empregada, era uma pessoa que vinha me ajudar. [...] Eu vou lá para ajudar e eu recebo muito mais, muito mais, porque eu aprendo. Então eu venho aqui para trocar. Nessa troca eu estou ganhando mais do que dando. Não é um trabalho.”

Os funcionários

Marta

Atualmente trabalha como funcionária, mas iniciou suas atividades na organização como voluntária e após um ano foi convidada a atuar como funcionária. Seu objetivo ao entrar na organização foi adquirir experiência profissional na área em que estava se formando. Assim, o início de sua atividade voluntária nessa organização foi determinado, principalmente, pelo modo racional referente a fins.

Porém declara: “Sempre desenvolvi atividades voluntárias, desde os 13 anos com os meus pais. Em orfanatos, atividades pontuais na Páscoa, no Natal, enfim. Acho que foi uma formiguinha que sempre existiu em mim. Para alguns é doar alguma coisa, para mim é o trabalho voluntário.”

A respeito do trabalho voluntário, considera que “o voluntário doa tempo, trabalho e talento e, embora não receba um pagamento em espécie, recebe outras coisas que faltam e que na nossa vida são importantes. Coisas de que necessitamos como seres humanos para dar sentido à nossa vida”.

Considera ainda que grande parte dos funcionários das organizações sociais, embora recebam pelo seu trabalho, apresentam também características de voluntariado. “A pessoa que vai trabalhar no Terceiro Setor deve saber que vai ganhar pelo menos vinte por cento menos que no mercado. Tem que ser uma escolha trabalhar no Terceiro Setor. [...] Então as motivações devem ser paralelas e parecidas”.

Embora tenha ido trabalhar como voluntária nessa organização, buscando a realização de um objetivo pessoal, modo racional referente a fins, percebe-se a presença da determinação referente a valores em ações voluntárias realizadas no passado e em seu posicionamento sobre o trabalho voluntário, e sobre o trabalho profissional quando realizado em organizações sociais.

José

Atua profissionalmente no Terceiro Setor desde 1986, em organizações sociais e no do Estado. Atualmente dirige uma unidade educacional e está iniciando uma atividade voluntária em outra organização, mas está bem no início. Considera ser dever de qualquer cidadão (modo racional referente a valores). Anteriormente, realizou algumas atividades voluntárias pontuais.

Sobre o trabalho voluntário pondera que não é exclusivo das organizações sociais: “Nós somos seres que nascemos e precisamos socialmente um do outro. [...] Você pode ter essa atitude quando você participa de uma associação de moradores no seu bairro, quando você está em um conselho de escola em que você tem uma atividade, em uma APM, são gestos de solidariedade, são gestos de participação e de engajamento. [...] A solidariedade perpassa pelo grau de civilidade que a pessoa se encontra”.

Mauro

Embora esteja nos últimos dois anos desenvolvendo suas atividades na organização como funcionário, já atuava por onze anos como voluntário, quando foi convidado a assumir a coordenação da organização. Iniciou para atender ao pedido de uma amiga que coordenava a organização, por amizade, pois tinha tempo livre, estava desempregado, e a amiga pediu sua

ajuda. “Eu aprendi muito. Eu não tenho muito contato direto com os assistidos, mas com aqueles que eu tenho contato, eu aprendo muito. E isso me dá mais força para continuar”.

Sobre a diferença entre o trabalho voluntário e o profissional, de acordo com a sua própria experiência, afirma que encontra uma gratificação maior na organização do que teria em uma empresa. Independente do ganho financeiro – muito menor no Terceiro Setor.

A entrada de voluntários na organização deveu-se à amizade por aquela minha amiga. Hoje, grande parte dos voluntários inicia sua atividade pela paróquia, em função da igreja (religião). O funcionário que começa como voluntário, por identificação, permanece, ou quer permanecer na organização.

Percebe-se nas respostas do Mauro que o modo racional referente a valores é o que predominou em sua atuação por todo o período de atuação como voluntário e mesmo hoje, como funcionário.

Bruna

Está na organização há dois anos e meio. O primeiro ano como estágio voluntário e após esse período prestando serviços profissionais através de convênio entre a organização e a Prefeitura.

Durante seu período de formação universitária, como precisava realizar um período de estágio para a faculdade, um amigo que conhecia a organização a apresentou ao seu dirigente. “A gente veio aqui, conheceu, já nos abriu essa porta, então a gente nem foi buscar outra, já ficamos por aqui, não buscamos uma segunda opção (sic)”.

Assim, o modo racional referente a fins foi o que efetivamente influenciou a Bruna a iniciar sua atividade como voluntária. Porém, com a convivência e a participação nas atividades da organização, o modo racional referente a valores foi se desenvolvendo, o que a levou a aceitar a proposta de, após o período de estágio, atuar como profissional, embora lembre que: “começou com um valor simbólico, um valor bem pequeno, então eu vim mesmo por amor”.

Lauro

O Lauro já ingressou na organização como funcionário. Porém, acumula 13 anos de trabalho voluntário, iniciado quando surgiu a oportunidade de atuar em outra organização – desde 1997. “Meu pai e minha mãe já faziam algum tipo de trabalho voluntário e eu já via isso dentro de casa. Vim para São Paulo estudar, casei e não tinha achado ainda um lugar onde eu pudesse fazer um trabalho voluntário. Nem sabia exatamente o trabalho que poderia estar fazendo. Começaram a aparecer ideias quando estava fazendo o MBA. Fui o primeiro, senão o único de minha turma a atuar e permanecer na associação”. O trabalho voluntário é “mais uma troca, de aprendizado, não só você faz uma doação, você também recebe alguma coisa mais substancial no campo do desenvolvimento pessoal”.

Atuou profissionalmente em empresas e, quando surgiu a oportunidade, passou a desenvolver seu trabalho profissional em uma organização social: “O trabalho no Terceiro Setor gera mais satisfação porque o objetivo final é melhorar a sociedade. Aqui não tem lucro financeiro. O lucro é da sociedade”. O modo racional referente a valores é o predominante tanto para o trabalho voluntário como para o trabalho profissional. O trabalho profissional em uma organização social foi por opção. Assim, apesar do conteúdo racional referente a fins, natural de uma relação de emprego, é forte o conteúdo racional referente a valores.

Análise dos dados

Com o objetivo de facilitar a visualização dos modos determinantes da ação social de cada um dos entrevistados voluntários, quando do início de suas atividades como voluntário, elaboramos a Tabela 5, que indica, além do modo de determinação inicial, os principais modos coadjuvantes e o modo que, na nossa interpretação, predomina atualmente.

Tabela 5 – Determinantes iniciais e atuais

Nome	Principal Determinante inicial	Determinantes Iniciais Complementares	Determinantes Atuais
Maria	Modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins e modo afetivo	Modo racional referente a valores
Luíza	Modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins	Modo racional referente a valores
Carla	Modo afetivo	Modo racional referente a valores e a fins	Modo racional referente a valores
Sueli	Modo racional referente a fins	Modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins
Paula	Modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins	Modo racional referente a valores
Ana	Modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins	Modo racional referente a valores
Clara	Modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins	Modo racional referente a valores
Alba	Modo afetivo	Modo racional referente a valores e fins	Modo racional referente a valores
Célia	Modo racional referente a fins	Modo afetivo e modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins
Luiz	Modo racional referente a valores	Modo afetivo	Modo racional referente a valores
Camila	Modo racional referente a valores	Modo racional referente a fins	Modo racional referente a valores
Andrea	Modo afetivo	Modo racional referente a valores e a fins	Modo racional referente a valores

Observamos, assim, que os modos determinantes que predominaram para o início das atividades voluntárias dos entrevistados foi o modo racional referente a valores (sete casos),

seguido pelo modo afetivo (três casos) e o modo racional referente a fins (dois casos). Verificamos também que todos os casos orientados inicialmente de modo afetivo são hoje determinados pelo modo racional referente a valores, o que comprova a análise de Weber (2004a, p. 15): “Trata-se de sublimação, quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga consciente do estado emocional: nesse caso encontra-se geralmente (mas nem sempre) no caminho para a ‘racionalização’ em termos valorativos [...]” (destaques no original). Por outro lado, os dois casos orientados originalmente para fins, que caracterizam uma situação de interesse, não sofreram alteração, embora se verifique o crescimento do modo racional referente a valores como o modo que deverá prevalecer depois de atendidas as finalidades, ou situações de interesse que definiram o início da ação social desses entrevistados.

É interessante observar que, atualmente, dez dos entrevistados apresentam como modo prevalente de determinação de suas ações o modo racional referente a valores. Podemos considerar que, com o tempo, além da possibilidade da modificação do quadro inicial de determinação da ação, há uma tendência à racionalização desse tipo de ação social – racionalização voltada a valores.

A respeito dessas mudanças, ou tendência a mudanças, é importante observar alguns dos comentários colhidos durante entrevistas com os dirigentes – funcionários ou voluntários:

A Marta, que desenvolve a atividade de coordenadora dos voluntários, ao responder à pergunta sobre as motivações percebidas nos voluntários, esclarece: “Eu acho que sempre tem um interesse, por mínimo que seja, mesmo que seja porque acha que recebeu muito na vida e agora quer doar. Um pouco de peso na consciência? Talvez. Acho que sempre tem um interesse”.

O que a organização deve fazer é aceitar o voluntário e trabalhar para que ele desenvolva outras motivações mais solidárias.

Outro entrevistado, o Lauro, comenta a necessidade de a organização trabalhar o voluntário: “Existe uma variedade muito grande de motivos para as pessoas estarem lá, a organização como um todo, tem que estar transparente nessa questão, e entender isso”. E complementa: “O voluntário, quando chega na organização social, pode ter várias motivações. Da mesma forma que você vai reter um funcionário, você vai receber um voluntário... Também faz parte da organização social transformar essas pessoas”.

José, ao comparar o trabalho voluntário com o trabalho profissional, destaca que: “Todos, independentemente de ser voluntário, independente de ser trabalhador... No final, o resultado acaba sendo o mesmo... Porque o compromisso sai da linha do contrato, passa para a linha do contrato de pessoas, do afeto, do vínculo...” Ou seja, não importa se estamos falando de um funcionário ou de um voluntário, pois mesmo que haja inicialmente uma situação de interesse prevalecendo, no final, a natureza do trabalho fará com que outros fatores, não necessariamente racionais, determinem a prevalência da solidariedade.

O Mauro lembra que a pessoa que começa como voluntário e se identifica com o trabalho desenvolvido pela organização, seja como funcionário, seja como voluntário, procurará, em função dessa identificação, continuar na organização. Opinião que também é compartilhada pela Paula e pelo Luiz.

A Clara lembra que, dentre os papéis de um líder do Terceiro Setor, deve-se destacar o de contaminar os “colaboradores” para eles encontrarem a alegria de “ajudar a mudar o mundo”, não importa se funcionário ou voluntário – o papel da ideologia. A Camila também fala de

contaminação ao se trabalhar no Terceiro Setor e do trabalho que deve ser desenvolvido pela organização nesse processo. Não importa o motivo original. “Depois que ele veio, se ele começar a trabalhar em uma de nossas unidades sociais, é certeza de que ele será contaminado... depois da contaminação a gente pode, sem dúvida alguma, organizar qual foi a maior motivação que trouxe e ajudar até a encaminhá-lo.”

Fica claro que esses dirigentes identificam diferentes motivos, agindo sobre as pessoas que procuram as organizações para iniciar uma atividade voluntária, e que são identificadas duas formas de transformar aquelas motivações iniciais que não garantam uma atuação solidária. A primeira, que acontece de forma mais natural, é a do envolvimento do voluntário com a causa da organização, com o grupo, desenvolvendo a identidade do voluntário com a organização. A segunda, conscientemente trabalhada nesse meio, identificando as características pessoais do voluntário, suas motivações originais e desenvolvendo ações de retenção, facilitando que se identifique com a organização, da mesma forma que se desenvolvem ações de retenção para os funcionários, como bem lembrou o Lauro. Percebe-se, com isso, a presença da racionalidade na gestão das organizações do Terceiro Setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar.

(OLIVEIRA, 1998, P. 31,32)

A que se deve o número tão expressivo de pessoas desenvolvendo trabalho voluntário nas organizações sociais? Quais as razões que as mobilizam? Essas foram as perguntas que nortearam este trabalho e que nos levaram a elaborar a hipótese de que poderíamos encontrar suas respostas a partir da análise das novas condições da totalidade da nossa vida social, resultado das modificações e transformações sociais pelas quais passaram o mundo e a nossa sociedade, desde o final dos anos 1950, e da investigação das motivações individuais, de cunho sociológico, que têm motivado o engajamento das pessoas nessas atividades voluntárias. Ainda, com base na análise sociológica das motivações individuais para o trabalho voluntário, seria possível diferenciar as ações solidárias das ações de interesses.

O caráter das organizações sociais e do trabalho voluntário mudou durante a segunda metade do século XX – ficou mais plural. A formalização ou instrumentalização dos movimentos sociais verificados durante esse período miscigenou o mundo das organizações sociais. Se, no passado, encontrávamos apenas organizações fundamentadas em princípios religiosos, com uma base caritativa e filantrópica e atuando na assistência social, saúde e educação, hoje encontramos, além dessas organizações, as que trabalham a conquista e a manutenção de direitos, a conscientização política, a transformação social e a formação de uma nova consciência ambiental. As mudanças no mundo das organizações sociais, o seu crescimento e as novas formas de voluntariado são, a nosso ver, reflexos ou consequências das mudanças mundiais e locais verificadas nos últimos 50 anos.

Conforme visto no início do Capítulo I, com o fim do socialismo, ou o triunfo do capitalismo, aos problemas remanescentes foram juntar-se novos problemas, levando as sociedades a buscarem novas soluções. Lembrando Hobsbawm (1995) e Castells (2002): à pobreza, ao desemprego em massa e à miséria vieram juntar-se novas demandas sociais como o *libertarismo*, os *direitos humanos*, o *feminismo* e o *ambientalismo*.

As mudanças globais têm início com alterações estruturais como: a multinacionalização do capital e a nova divisão internacional do trabalho. Com a crise do consumo, o desenvolvimento tecnológico e a crise da energia, inicia-se o processo de reestruturação produtiva que leva os trabalhadores dos países desenvolvidos ao desemprego estrutural e à precarização de suas condições de trabalho. Por outro lado, os *deficits* previdenciários e a redução da capacidade de investimento levam esses Estados a um processo de redução de suas estruturas, privatizando as atividades consideradas de mercado e transferindo atividades sociais à sociedade civil em um movimento conhecido como neoliberalismo.

Ainda no cenário internacional, a necessidade de integração dos Estados do Leste Europeu, com o fim da União Soviética, além de envolver econômica e politicamente a União Europeia, redireciona as ações das organizações internacionais que apoiavam e financiavam organizações sul-americanas, reduzindo o fluxo de capital internacional às organizações sociais do Brasil e demais países da América Latina.

Essas transformações provocam no mundo desenvolvido problemas que só eram encontrados em países do chamado Terceiro Mundo: desemprego, precarização das condições de trabalho, aumento nos fluxos migratórios, *deficits* previdenciários e incapacidade dos Estados para solucionar esses problemas. No vazio deixado pelo Estado, são criadas novas organizações sociais de modelo tradicional para atender as demandas de assistência social,

além das organizações que procuravam equacionar as novas demandas sociais e os problemas de relações internacionais.

Ora, as organizações sociais têm como base de seu funcionamento o trabalho voluntário. Tudo isso leva à valorização do trabalho voluntário, como se pode perceber pela designação do ano de 2001, pela ONU, como o Ano do Voluntariado e, como toda atividade valorizada, novos integrantes são atraídos para essa atividade. O trabalho voluntário passa a representar um novo valor social.

Assim, as condições estruturais globais levaram, nos países desenvolvidos, ao crescimento do trabalho voluntário, ao crescimento do número de organizações tradicionais, além das organizações voltadas às novas demandas sociais.

Em nossa sociedade, as condições estruturais existentes no início da segunda metade do século passado poderiam ser comparadas a uma série de explosivos prontos para serem detonados. Um grande número de problemas não resolvidos, que foram se acumulando durante a nossa História, criaram uma situação propícia às mudanças. Isso não quer dizer que esses problemas tenham sido totalmente resolvidos, mas, pelo menos, tornaram-se conhecidos e estão sendo trabalhados.

As mudanças locais iniciaram-se com a entrada em cena das Agências Internacionais de Desenvolvimento, que ajudaram a estabelecer uma nova consciência política e social, tendo como base uma lógica de direitos e obrigações, cidadania, em substituição à lógica da caridade, viabilizando, ainda, a formação de um grande número de organizações sociais com uma filosofia mais pragmática (consciência econômica). Essa nova lógica econômica vai ajudar as novas organizações, quando da mudança geopolítica de atuação das Agências Internacionais de Desenvolvimento a, com o objetivo de captar recursos, desenvolver parcerias com empresas.

Porém, o processo desencadeado pelas Agências Internacionais, logo após iniciado, é inibido, nos anos de 1960, quando o Brasil entra em um período de crise e, com a Revolução de 1964, sofre uma traumática mudança de regime político. O pequeno período de crescimento econômico entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, embora tenha apresentado uma elevação do nível de emprego, também pode ser caracterizado por uma perda do poder de compra do assalariado. Assim, apenas durante a segunda metade da década de 1970, com o afrouxamento do Regime Militar, são restabelecidas as condições para o retorno ao desenvolvimento das organizações sociais.

Os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela queda dos regimes socialistas do leste europeu, os reflexos do neoliberalismo, o desenvolvimento dos conceitos de responsabilidade social empresarial e do balanço social, e um acontecimento de grande visibilidade para as organizações sociais – a realização da Rio 92.

Na segunda metade dessa década, a Reforma do Estado realizada pelo Ministério da Administração Federal inicia um processo de *publicização* das atividades do Estado e, em 1999, é promulgada a nova legislação que possibilitou a criação de um novo modelo de organização social, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIPs. Não podemos esquecer que essas organizações, que passaram a atuar no vácuo do Estado, têm como propósito a assistência social, a saúde e a educação, ou seja, atuam de acordo com o modelo tradicional de organizações sociais. Além disso, a saída do Estado da execução de algumas atividades sociais não significa ausência do Estado nas questões sociais pois, como podemos constatar pela forma de custeio das organizações pesquisadas, o Estado continua presente nessas organizações como um dos principais financiadores de suas ações.

Como resultado dessas mudanças, aumentou a diversidade de propósitos das organizações sociais, incorporando à atuação de base religiosa e filantrópica atividades

reivindicatórias, atividades *publicizadas*, além da entrada das empresas no mundo das organizações sociais por meio da criação de institutos, fundações e parcerias com as organizações sociais. Uma nova consciência política e social fica como herança da atuação das Agências Internacionais.

Os resultados da reestruturação produtiva em nosso país foram mais perversos do que o verificado nos países desenvolvidos. Somadas ao desemprego estrutural e à precarização das condições de trabalho, vivemos a informalização do trabalho e a perda de perspectiva em função do despreparo do nosso trabalhador. No âmbito do Estado, além dos *deficits* previdenciários e redução da capacidade de investimento, vivemos uma paralização do crescimento, dependência econômica e a intervenção de organismos internacionais como, por exemplo, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a inflação que nos levou a uma sequência de planos econômicos frustrados e ao aumento da violência urbana. Com a abertura comercial no início dos anos 1990, mais expostas ficaram nossas mazelas econômicas e sociais.

Assim como nos países desenvolvidos, novas organizações vieram ocupar os espaços deixados pelo Estado, novos espaços criados em função dessa nova consciência de cidadania e protagonismo herdados dos movimentos sociais.

Fica claro que essas mudanças estruturais contribuíram não só para o crescimento do número de organizações sociais, como também para o crescimento da atuação voluntária, o que demonstra que o crescimento do número de voluntários e o crescimento do número de organizações sociais fazem parte do mesmo fenômeno social.

Outro importante aspecto identificado foi a potencialidade das organizações e movimentos sociais de atuarem como agentes de transformações sociais, políticas e econômicas, principalmente aquelas organizações em que as características de dominação carismática estão mais presentes. Dessa forma, passamos a contar, além das instituições

políticas e movimentos sociais, com as organizações sociais para a tarefa de transformar e melhorar a nossa sociedade. A base teórica desenvolvida por Weber nos possibilitou compreender essa capacidade das organizações sociais de atuarem como agentes de transformação da totalidade da vida social. Consideramos ainda que essa característica presente nas novas organizações sociais é, na verdade, uma forma de instrumentalização dos movimentos sociais, que também contribuiu para o crescimento do número de organizações sociais e do número de voluntários e profissionais nessas organizações.

Weber nos fornece também o modelo de análise sociológica das motivações do trabalho voluntário e o referencial complementar necessário à identificação: dentre as ações voluntárias, as ações solidárias e as ações de interesse.

Para a análise das motivações, o modelo Weberiano de determinação da ação social: modo racional referente a fins; modo racional referente a valores; modo afetivo; e modo tradicional, mostrou-se adequado ao nosso propósito de explicar as duas situações de motivação: tanto para a criação de organizações sociais, tradicionais ou modernas, quanto para o trabalho voluntário.

Na distinção entre a solidariedade e o interesse, como motores do trabalho voluntário, esse modelo nos leva à conclusão de que, quando não há identidade de sentido a ação voluntária pode ser classificada como de interesse; quando há identidade de sentido essa ação pode ser classificada como solidária.

Logo, independentemente da forma de determinação da ação social, quando da criação de uma organização social, seja por valores religiosos ou outros valores, seja por razões afetivas, seja para a realização de objetivos (fins), os participantes do processo de constituição dessa nova organização apresentam uma identidade de sentido, caracterizando, assim, uma ação solidária. Não importa, se estamos falando de uma organização tradicional, voltada para

a assistência social, a saúde ou a educação, ou de uma organização de nova configuração, voltada para a busca de direitos, transformação social ou consciência ambiental.

Já no caso dos voluntários que aderirão à organização depois de constituída, precisamos identificar, em primeiro lugar, a natureza dessa organização, se do tipo tradicional ou de nova configuração. No caso das novas organizações sociais, se aderir é em consequência da crença na causa, teremos o voluntário militante que, a exemplo do que acontece nos movimentos sociais, apresenta uma grande identidade de sentido e solidariedade interna. No caso das organizações tradicionais, voluntário doador de seu tempo, conhecimento e trabalho, o trabalho será considerado solidário quando for identificada a identidade de sentido, independentemente da motivação para a ação social. Por outro lado, se a motivação para o trabalho voluntário for a busca de objetivos pessoais ou o trabalho voluntário servir como meio para o atingimento desses objetivos e não for verificada a identidade de sentido, poderemos classificar essa ação como de interesse.

Dessa forma, essa análise preliminar foi, também, importante para a determinação do tipo de organização e voluntários a serem entrevistados. Como um dos objetivos da pesquisa é identificar as motivações dos trabalhadores voluntários, para melhor compreender o crescimento do número de pessoas que se engajam nessa atividade e, complementarmente, quais as motivações que podem distinguir a ação voluntária da ação de interesse, ao se analisar a diferença entre os grupos de voluntários por nós classificados como voluntários militantes e voluntários doadores de seu tempo, concluiu-se que o grupo deveria ser composto pelo segundo tipo de voluntário, pelo fato de o primeiro ser naturalmente solidário.

Para a pesquisa de campo, contamos com a colaboração de três organizações sociais e realizamos dezessete entrevistas entre voluntários e funcionários, dirigentes ou não dessas três organizações. Um aspecto que consideramos interessante em nossa amostra é que ela

apresenta um número muito maior de mulheres, treze mulheres e quatro homens, coincidindo com a impressão, empírica, de que o Terceiro Setor é um mundo predominantemente feminino. Na distribuição etária, tivemos uma presença significativa de pessoas mais maduras. Quanto ao credo religioso, como seria de se esperar, a grande maioria é composta de católicos não praticantes (7), seguidos dos católicos praticantes (6). Dentre os demais entrevistados, três declararam-se espíritas e uma entrevistada declara-se evangélica *afastada*. O tempo de prática voluntária e de vínculo com a organização varia de um mês a quarenta e dois anos. E, quanto ao grau de instrução, encontramos desde pós-graduado a alfabetizado. Ou seja, um grupo bem diversificado que apresenta um aspecto comum: todos desenvolvem ou desenvolveram atividade voluntária.

As três organizações podem ser classificadas como organizações tradicionais. Embora se identifique no GOAS um trabalho de conscientização ecológica e na Liga Solidária um trabalho de transformação social, o GOAS e o PROJESP têm como principais propósitos a saúde e a assistência social, e a Liga Solidária atua, principalmente, na área da educação.

Tanto o GOAS, quanto o PROJESP têm com seu principal público pessoas portadoras de uma doença descoberta nos anos 1970, a AIDS, e que suscitou à época o aparecimento de diversos movimentos e organizações sociais que trabalharam no sentido de se criarem políticas públicas para reduzir o contágio e dar tratamento adequado, médico e hospitalar, aos portadores dessa patologia. Uma das consequências dessas ações foi a quebra de patentes dos medicamentos que compõem o coquetel de tratamento da AIDS pelo governo brasileiro. As organizações aqui estudadas são resultado desses movimentos, pois atuam preferencialmente no tratamento, ressocialização ou assistência dos portadores dessa patologia. É importante destacar a força desses movimentos e organizações sociais que lutam e lutaram pelos portadores do vírus HIV ao incluírem, como é o caso do PROJESP, setores da Igreja Católica

como mantenedores de uma organização que tem como principal propósito o atendimento aos portadores do vírus HIV e seus familiares.

Conforme foi visto, essas organizações, em razão de suas características constitutivas, apresentam uma capacidade menor de transformação, se comparadas aos novos modelos de organizações sociais. Enquanto nas primeiras prevalecem causas humanitárias, nessas últimas prevalece uma forte base política. Naturalmente, essas características se transferem à atuação dos voluntários que atuam nessas organizações.

Como resultado da análise das entrevistas, podemos concluir que o modelo atendeu os nossos propósitos. Sob o aspecto da identificação sociológica da motivação que leva as pessoas a desenvolverem um trabalho voluntário, verificamos a presença de dois dos quatro modos, determinando, entre os nossos entrevistados, suas ações atuais, e três dos quatro modos como os que determinaram, no início, suas atuações no trabalho voluntário. Percebe-se que o modo de determinação pode alterar-se com o tempo, aparentemente tendendo para o modo racional referente a valores.

Enquanto o modo racional referente a valores apresentou um crescimento na passagem de principal modo inicial para principal modo atual, no modo racional referente a fins esse número não sofreu alteração. As perdas se verificaram no modo afetivo, confirmando o que já preconizava Weber.

Confirmando a teoria, em todos os casos analisados mais de um modo estão presentes ou atuando, sendo que um deles prevalece sobre os demais. Os modos afetivo e racional referente a valores predominam como motivação inicial e o modo relativo a valores como atual, sendo que este último apresenta a tendência a ser o modo dominante. Esses aspectos também podem ser objeto de uma nova pesquisa específica.

Se considerarmos as motivações dos funcionários, quando realizando atividades voluntárias, praticamente um quarto da nossa amostra apresentou como principal motivação inicial o modo racional referente a fins. Se considerarmos que esse modo pode ser identificado como o mais característico dos novos modelos de organizações sociais, encontramos aqui uma das explicações para o crescimento do número de pessoas desenvolvendo trabalho voluntário. Lembremos que as organizações tradicionais, aquelas que predominavam até o final dos anos 1950, por apresentarem como principal característica uma base religiosa e/ou assistencial, tinham como principal motivação, tanto na sua constituição, como para os trabalhos que garantiam a continuidade de suas atividades, seja como voluntário, seja como empregado, o modo racional referente a valores. Por outro lado, as novas organizações sociais baseadas na busca de direitos e a racionalidade das atividades sociais presente nas empresas e transferida às atividades sociais, seja pelo estímulo aos seus trabalhadores para desenvolverem atividades sociais, seja implantando seus institutos e fundações, apresentam, como principal motivação, o modo racional referente a fins, tanto para o trabalho voluntário como para a constituição dessas organizações.

De acordo com a nossa amostra, dez dos doze voluntários entrevistados, ou treze dos dezessete entrevistados iniciaram suas atividades como voluntários, por motivos que representam solidariedade e quatro por situações de interesse.

Outro aspecto, que também merece ser melhor investigado e que já foi percebido pelas organizações sociais é a tendência de que mesmo os voluntários que iniciam suas atividades movidos por interesse passem, com o tempo, a apresentar como motivação principal característica solidária. As entrevistas com dirigentes e gestores dessas organizações nos mostram que essas organizações estão trabalhando as motivações de seus voluntários, buscando desenvolver em cada um a identidade com a organização, o que ela representa, a sua

obra, independentemente da motivação inicial do voluntário. Percebe-se em algumas das respostas que as organizações devem ter ou desenvolver uma ideologia que possa ser adotada por seus integrantes e essa ideologia deve fazer parte das formas de identificação entre o voluntário e a organização.

Retornando às nossas questões iniciais, verificamos que, durante a segunda metade do século XX, a realidade das organizações sociais que atuavam no Brasil transformou-se. Essa mudança deveu-se às alterações da estrutura social mundial e local – na totalidade da realidade social. Como fruto dessas transformações, identificamos duas grandes consequências no mundo das organizações sociais: aumento da demanda das necessidades tradicionais em função da precarização das condições sociais e de trabalho; e a emergência de novas necessidades sociais que passaram a ser o objeto da atuação de grande número das novas organizações que foram criadas.

O novo nível de consciência, fruto da nova percepção da realidade social, a visibilidade que a atuação social passou a ter, a redução da atuação do Estado que transferiu atividades sociais às organizações sociais, a nova postura empresarial para com essas questões decorrentes de novos conceitos e exigências da sociedade, todos esses fatores contribuíram para o extraordinário crescimento do número de organizações sociais atuando em nosso país. Por fazer parte do mesmo fenômeno social, conforme já analisado, verificou-se a partir desse período também o crescimento do número de pessoas que passaram a desenvolver atividades de trabalho voluntário.

Com base no modelo de determinação das ações sociais, foi possível analisar as motivações individuais para o trabalho voluntário em uma amostra de dezessete respondentes, o que nos ajudou a compreender que, em função dessa nova realidade social que contribuiu para o crescimento do número de pessoas em atividades voluntárias nas organizações sociais,

a nova racionalidade embutida na base dessas mudanças estimulou a contribuição do modo racional referente a fins como modo determinante para o trabalho voluntário.

Essa mesma base teórica, desenvolvida a partir do pensamento de Max Weber, possibilitou a distinção entre o trabalho voluntário solidário e o trabalho voluntário por interesse. Acredito que sempre encontraremos, dentre as atividades humanas, pessoas que identifiquem oportunidades de agir na busca de seus interesses egoístas e que o trabalho voluntário não estaria isento desse risco. Tanto no passado quanto principalmente no presente, em virtude da visibilidade e valorização dadas pela sociedade ao trabalho voluntário, poderemos encontrar pessoas que usem a atividade voluntária e as organizações sociais como fim ou meio para o atendimento de seus interesses. Porém, além de normalmente encontrarmos nessas pessoas motivações solidárias, compondo o conjunto de suas motivações à ação social, observamos nas organizações pesquisadas não só a percepção desse problema, como também o desenvolvimento de ações para alterar a motivação dominante, desde que uma motivação solidária já esteja presente ou se manifeste. Assim, parece-nos que restariam poucos casos de atuação voluntária movidas exclusivamente por interesses egoístas. Mas esse é um tema para uma nova pesquisa.

Finalmente, quanto aos objetivos da pesquisa, geral e específicos, entendemos tê-los alcançado. Identificamos algumas das principais mudanças estruturais que possibilitaram o crescimento do número de organizações sociais e de pessoas atuando de forma voluntária nessas organizações na segunda metade do século XX e início do século XXI. Verificamos que esses dois fatores, o crescimento do número de organizações sociais e do número de pessoas desenvolvendo atividades voluntárias nessas organizações, fazem parte do mesmo fenômeno social. Verificamos, ainda, que, com base no referencial desenvolvido por Marx Weber, podemos identificar as motivações sociológicas do trabalho voluntário, distinguindo

dentre elas as solidárias das de interesse. Assim, conseguimos compreender melhor as relações entre as condições estruturais e as motivações individuais na mudança das relações sociais relacionadas às chamadas causas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **Carta de princípios da ABONG**. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em 19 out. 2003

_____. **Informes Abong**. Disponível em: < www.abong.org.br >. Acesso em 15 maio 2009.

ALMEIDA, J. C. Antropologia da Solidariedade. **Notandum 14**. ano X, n. 14, 2007.

Disponível em: <http://www.hottopos.com> – Acesso em: 20 jul 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2006.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BARDIM, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARRETO, Carlos Eugênio Friedrich. **Responsabilidade Social das empresas**: um estudo de caso. 2003. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2003.

BÍBLIA da CNBB disponível em <<http://www.bibliacatolica.com.br/02/22/7.php>>. Acesso em 19 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/ Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações Sociais**. Cadernos MARE da reforma do Estado. v. 2. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao>>. Acesso em: 30 jul 2009.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: entre 1930 e 1967. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da reforma do Estado**. v. 1. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. **Sentidos e produção da atividade voluntária em contextos corporativos e não corporativos**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – A sociedade em rede**. v. 1. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – Fim de milênio**. v. 3. 3º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – O poder da identidade**. v. 2. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. vl.2

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: O Terceiro Setor na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **O que é o Terceiro Setor?** Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 19 out. 2003a.

_____. **Elos de uma cidadania planetária: sociedade civil**. Disponível em <www.rits.org.br>. Acesso em: 19 out. 2003b.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 3. tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Sociologia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Octávio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

IANNI, Octávio; CARDOSO, Fernando Henrique. Exigências educacionais do processo de industrialização. in **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JOÃO PAULO II. **Sollicitudo rei socialis** – encíclica. Disponível em:
<<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 20 jul. 2010

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

LANDIM, L. **A Invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão sem nome. 1993. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LATHAM, Mark. In GIDDENS, Anthony (org). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?** (coleção Questões fundamentais do ser humano – coordenação Maria Ângela Vilhena) São Paulo: Paulus, 2007.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial** – A Administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

_____. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro: da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDES, L. C. A. **Visitando o “Terceiro Setor” (ou parte dele).** Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão; n. 647). Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 29 maio. 2003.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

NUNES, Rogério da Silva; OLIVEIRA, Antonio Marcos Vargas de. Organizações do Terceiro Setor: uma tentativa de delimitação do universo de pesquisa. In: III Encontro de Estudos Organizacionais – EnEO, 3., 2004, Atibaia. **Anais ...** São Paulo: ANPAD, 2004. CD-Rom.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: Editora UNESP; Paralelo 15, 1998.

OLIVEIRA, M. D. **O protagonismo dos cidadãos e de suas organizações: um fenômeno recente, massivo e global.** Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 19 out. 2003.

OLIVEIRA, A. M. V. de. **As organizações do Terceiro Setor e as teorias sobre estratégia desenvolvidas para as organizações de mercado.** São Paulo: Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alvares Penteado – UNIFECAP, 2005.

QUEIROS, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queirós, 1991.

SAMPAIO, Jader dos Reis. **Voluntários: um estudo sobre a motivação de pessoas e a cultura de uma organização do Terceiro Setor.** 2004. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2004.

SELLTIZ, C. Et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 6 ed. São Paulo: E.P.U. Ed. Da Universidade de São Paulo: 1975.

SIGNATES, L. **O conceito de solidariedade**. Disponível em: <http://www.gers.com.br> – Acesso em; 20 jul 2010.

SZAZI, E. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TOURAINÉ, Alan. A sociologia da ação: uma abordagem teórica dos movimentos sociais. In: PERALVA, Angelina T.; SPOSITO, Marília P.; JACOBI, Pedro. (Orgs). **Anais do seminário: O Retorno do Ator - França/Brasil. Movimentos Sociais em perspectiva**. São Paulo: FEUSP, p. 29-46. 1991.

VEJA. **Carta ao Leitor**. Edição Especial – Guia para fazer o bem. São Paulo: Editora Abril, ano 34 nº 51 de 26 dez 2001.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1; 4. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004a.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília, DF: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004b.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A

São Paulo, xx de xxxxx de 2010

Ao

Nome da organização

São Paulo – SP

Ref.: Autorização para realização de pesquisa.

Prezados Senhores,

Estou desenvolvendo, junto ao Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a minha tese de doutorado que deverá ter o título “Trabalho Voluntário: solidariedade ou interesse?”, sob a orientação da Pr^{fa}. Dra. Noêmia Lazzareschi. Como se percebe pelo título, a tese tem como objeto de estudo as motivações do trabalho voluntário.

Para o desenvolvimento do tema, devo desenvolver uma pesquisa empírica junto a organizações sociais, contemplando o maior variedade possível de áreas de atuação.

Assim, venho por meio desta solicitar a V.Sas. a especial gentileza de autorizarem que a vossa organização faça parte do rol de organizações que irei pesquisar. Para tanto, anexo o modelo do termo de autorização que deverá ser firmado por V. Sas.

Desde já agradeço a atenção dada à minha solicitação e subscrevo-me,

Atenciosamente

Antonio Marcos Vargas de Oliveira

Apêndice B

Temo de Autorização (papel timbrado)

Autorizamos o Sr. Antonio Marcos Vargas de Oliveira, RG nº 4.428.993 SSP-SP, a desenvolver os trabalhos de pesquisa necessários para a elaboração de sua Tese de Doutorado do Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, podendo, para isso, utilizar meios eletrônicos para o registro e coleta de dados e informações junto a dirigentes, funcionários e voluntários desta organização. Temos ciência, e damos livre consentimento à utilização dessas informações, bem como sua publicação caso o trabalho seja bem sucedido.

__ Autorizamos a divulgação de dados que identifiquem esta organização.

__ Não autorizamos a divulgação de dados que identifiquem esta organização.

São Paulo, __ de _____ de 2010

Nome completo
Nº da identidade
Data de nascimento

Apêndice C

Temo de Autorização

Eu, _____, autorizo o Sr. Antonio Marcos Vargas de Oliveira, RG nº 4.428.993 SSP-SP, a utilizar meios eletrônicos para o registro de entrevistas e coleta de dados em depoimentos que irei realizar. Tenho ciência, e dou livre consentimento que essas informações sejam utilizadas na Tese de Doutorado do autorizado junto ao Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, bem como a publicação dessas informações caso o trabalho seja bem sucedido.

Autorizo a minha identificação no trabalho e publicação.

Não autorizo a minha identificação no trabalho e publicação.

São Paulo, ___ de _____ de 2010

Nome completo
Nº da identidade
Data de nascimento